

# DENTRO DE CASA HÁ ESCOLAS:

**mulheres professoras no contexto  
da pandemia de covid-19**

MARIA CLEIDE DA SILVA RIBEIRO LEITE





**DENTRO DE CASA  
HÁ ESCOLAS:**

**mulheres professoras  
no contexto da  
pandemia de covid-19**



**Presidente da República**

Luiz Inácio Lula da Silva

**Ministro da Educação**

Camilo Sobreira de Santana



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - IFCE**

**Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará**

José Wally Mendonça Menezes

**Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação**

Joélia Marques de Carvalho

**Pró-Reitora de Ensino**

Cristiane Borges Braga

**Pró-Reitora de Extensão**

Ana Cláudia Uchôa Araújo

**Pró-Reitor de Administração e Planejamento**

Reuber Saraiva de Santiago

**Pró-Reitor de Gestão de Pessoas**

Marcel Ribeiro Mendonça



**EDITORA IFCE**

**Editor Executivo**

Tiago Estevam Gonçalves

**CONSELHO NATOS**

Tiago Estevam Gonçalves (Presidente)

Sara Maria Peres de Moraes

Joélia Marques de Carvalho

Ana Cláudia Uchoa Araújo

Cristiane Borges Braga

**CONSELHEIROS TITULARES**

Anna Erika Ferreira Lima (*in memoriam*)

Alisandra Cavalcante Fernandes de Almeida

Iara Rafaela Gomes (UFC)

Marieta Maria Martins Lauar

Marcílio Costa Teixeira

Ana Cristina da Silva Moraes (*in memoriam*)

Barbara Suellen Ferreira Rodrigues

Glendo de Freitas Guimarães

Francisco Régis Vieira Alves

Antônio Wendel de Oliveira Rodrigues

Auzuir Ripardo de Alexandria

Sandro César Silveira Jucá

Antônio Cavalcante de Almeida

Beatriz Helena Peixoto Brandão

Leonardo Araújo da Costa (UFC)

Cristiane Sousa da Silva

Glauber Carvalho Nobre

Rômulo Celly Lima Siqueira

Keila Cristina Nicolau Mota

Maria do Socorro de Assis Braun

Sarah Mesquita Lima

José Eranildo Teles do Nascimento

Igor de Moraes Paim

Nara Lídia Mendes Alencar

Anderson Ibsen Lopes de Souza

Marilene Barbosa Pinheiro

Wendel Alves de Medeiros

**Maria Cleide da Silva Ribeiro Leite**

**DENTRO DE CASA  
HÁ ESCOLAS:**

**mulheres professoras  
no contexto da  
pandemia de covid-19**

Fortaleza-CE  
2023



Dentro de casa há escolas: mulheres professoras no contexto da pandemia de covid-19.  
Maria Cleide da Silva Ribeiro Leite

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE  
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PRPI  
Editora IFCE – EDIFCE

As informações contidas no livro são de inteira responsabilidade dos seus autores.

## **EDITORA IFCE**

### **Editor Executivo**

Tiago Estevam Gonçalves

### **Editora Adjunta**

Sara Maria Peres de Morais

### **Revisão**

Marilene Barbosa Pinheiro

### **Normalização**

Sara Maria Peres de Morais

### **Supervisão de Design Editorial**

Julio Pio Monteiro

Lídia Farias

### **Capa**

Julio Pio Monteiro

Lídia Farias

### **Diagramação**

Editora SertãoCult



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará**  
**Editora IFCE - EDIFCE**

---

L533 Leite, Maria Cleide da Silva Ribeiro  
Dentro de casa há escolas: mulheres professoras no contexto da pandemia de covid-19. /  
Maria Cleide da Silva Ribeiro Leite. --. Fortaleza: EDIFCE, 2023.

120 p. il.

*E-book* no formato PDF 1.200 KB  
ISBN: 978-65-84792-24-1 (*e-book*)  
ISBN: 978-65-84792-25-8 (impresso)  
DOI: 10.21439/EDIFCE.23

1. Educação. 2. Feminismo. 3. Pandemia. 4. Trabalho remoto. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (EDIFCE). V. Título.

CDD 305

---

**Bibliotecária responsável: Sara Maria Peres de Morais CRB N° 3/901**



Contato

Rua Jorge Dumar, 1703 - Jardim América, Fortaleza - CE, 60410-426.

Fone: (85)34012263 / E-mail: [edifce@ifce.edu.br](mailto:edifce@ifce.edu.br) / Site: [editora.ifce.edu.br](http://editora.ifce.edu.br).

*Vozes-Mulheres*

*A voz de minha bisavó  
ecoou criança  
nos porões do navio.  
ecoou lamentos  
de uma infância perdida.*


*A voz de minha avó  
ecoou obediência  
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe  
ecoou baixinho revolta  
no fundo das cozinhas alheias [...].*

*(Conceição Evaristo)*







*À  
Ivina Maria,  
única filha,  
mulher linda!  
Meiga e determinada.*



# SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	13
CARTA AO/À LEITOR/A.....	15
<b>1</b> INTRODUÇÃO .....	19
<b>2</b> MULHERES NA SOCIEDADE: ELAS SEMPRE ESTIVERAM NA HISTÓRIA - AFINAL, “E NÃO SOU UMA MULHER?” .....	29
<b>3</b> A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E O <i>HOME OFFICE</i> : A CILADA DO TRABALHO “QUASE SEM PARAR” EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL .....	39
<b>4</b> ENSINO MÉDIO INTEGRADO: A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL.....	49
<b>5</b> NÃO AGLOMEREM! FIQUEM EM CASA! OS NÚMEROS SÃO VIDAS! TRABALHO EM CASA, ATIVIDADES REMOTAS E A VIDA DOS PROFESSORES NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS.....	61
<b>6</b> CADA VEZ MAIS EM CASA! A CASA - HISTORICAMENTE, O LUGAR DE REFERÊNCIA DAS MULHERES E O TRABALHO REMOTO DAS PROFESSORAS: IMPLICAÇÕES SOCIAIS E PEDAGÓGICAS.....	69
<b>7</b> O IMPACTO DA PANDEMIA NA VIDA DAS MULHERES E AS PERSPECTIVAS PÓS-PANDEMIA: PRESENTE DESAFIADOR E FUTURO POSTO À PROVA .....	83
<b>8</b> CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	101
REFERÊNCIAS.....	109



# PREFÁCIO

*Patrícia Helena Carvalho Holanda*

Honrada com o convite da Profa. Cleide Leite para prefaciá-lo seu livro, intitulado “DENTRO DE CASA HÁ ESCOLAS: mulheres professoras no contexto da pandemia de covid-19”. Asseguro que esta obra certamente representará uma contribuição significativa para compreender como as mulheres professoras, que lecionam no ensino médio integrado no interior do Ceará, resistiram, ajudaram outras mulheres e seus alunos no contexto da pandemia de Covid-19.

A perspectiva trazida por essa obra, ao apresentar uma escrita feita por uma mulher sobre histórias de mulheres numa perspectiva feminista, desvenda sua natureza multifacetada, que se constituiu em confronto com uma sociedade patriarcal incrustada na ideia de inferioridade das mulheres em relação aos homens, no sentido de inibir e reprimir o direito dessas mulheres de ocupar seus lugares na sociedade. É nesse ponto, sobretudo, no decorrer do livro que percebemos o esforço da autora para estar consciente de si a maior parte do tempo, do seu lugar de fala de professora investigando colegas professoras, pois esse ato a direcionou para encontrar o significado do seu momento e das mulheres envolvidas nesse processo de discernimento de si.

Diante dos desafios do contexto atual e das posturas de competição e individualismo que dispersam os nossos interesses e dificulta um trabalho partilhado, a reflexão sobre a educação no contexto deste livro apresenta o verdadeiro sentido da pesquisa, ao demons-

trar que a voz da consciência dessas professoras não foi abafada por comportamento agitado e disperso, e sim, ao expressar que, na construção dos laços sociais, encontramos a beleza de darmos as mãos e estabelecermos uma conexão para partilharmos a beleza do mundo e de nele podermos viver.

Por esses motivos, entre outros, é com orgulho e grata satisfação que apresento e recomendo esta obra. Boa leitura a todas, a todes e a todos.

# CARTA AO/À LEITOR/A

*Maria Cleide da Silva Ribeiro Leite*

*Pós-Doutora em Educação, professora, esposa, mãe e feminista.*

Caro/a leitor/a,

Seja bem-vindo/a!

Devo informá-lo/a de que esta obra perpassa temáticas que se articulam entre si, com destaques a mulheres e sociedade; patriarcalismo e interseccionalidade; distanciamento social e o trabalho remoto no período da pandemia do coronavírus, com o intento de refletir em perspectiva cíclica e atemporal os assuntos de forma correlacionada sem negar os acontecimentos temporais ocorridos nos anos 2020-2021.

O sentido atemporal se articula pelo caráter histórico deste período, fazendo-se necessário o registro fidedigno desta travessia, como algo que a história não poderá negar. O propósito deste livro é socializar desafios vividos por um grupo de mulheres professoras que se voluntariaram a refletir sobre aquele contexto e as perspectivas voltadas à mulher no pós-pandemia. Os escritos textuais contemplam de forma contextualizada situações da vida cotidiana destas mulheres que também se aplicaram à sociedade, sobretudo, aos/às profissionais da saúde e da educação, familiares, trabalhadores/as, estudantes, assalariados/as, desempregados/as, impactando, sobretudo, a vida dos/as vulneráveis.

Os exercícios de 2020-2021 estão para a história como anos atípicos, visto que vivenciamos acontecimentos fora da curva (SANTIAGO, 2021). O retorno à presencialidade me fez observar esse recuo nas galerias de espaços sociais, comerciais e culturais, ao perceber a interrupção de homenagens sequenciadas por serviços relevantes, que, costumeiramente, são conferidas por instituições credenciadas a fazer o reconhecimento público social. Comumente, os estabelecimentos exibem a sequencialidade dos títulos e dos destaques, entre honorarias, pelos serviços prestados à clientela. Em relação aos anos 2020-2021 esse registro inexistente. A meu ver, a lacuna deste período deve ser preenchida, embora com um quadro em branco, para que não nos esqueçamos do ocorrido; afinal, sobrevivemos à pandemia do coronavírus, por isso, sua história precisa ser registrada. Faz-se necessário evidenciá-la aos/às que darão continuidade à espécie humana, a fim de que estes/as saibam o porquê de os demais terem sucumbido nesse período.

Aos/às que sobreviveram à pandemia, bem-vindos/as ao chamado “novo normal”! Exaltação à vida e a certeza de que a luta continua.

Aos/às que pereceram, resta-nos reverenciá-los/as sempre! A história não perdoará os/as culpados pelas vidas ceifadas precocemente. Por isso, as próximas gerações precisam compreender os aspectos implícitos do ocorrido sob o atesto fidedigno da pesquisa científica.

Com esse intuito, no auge da pandemia, aloquei o estágio pós-doutoral nos planos formativos. Articulei-me remotamente, a fim de trazer essa contribuição. Algo simples, mas valioso; uma gota d’água a mais no oceano em meio à complexidade que o define.

Integrei-me ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC), na interface da Educação Brasileira como Área de Concentração, supervisionada pela Professora Dra. Patrícia Helena Carvalho Holanda, vinculada à linha de pesquisa: História e Educação Comparada.

Determinada a trazer a contribuição em comento, investiguei a rotina profissional de mulheres professoras que relataram as mudanças



enfrentadas a partir da interrupção das relações sociais e profissionais, por ocasião do isolamento social. Muitas mulheres viram a rede de apoio se desintegrar em março de 2020 com a rotina na pandemia.

Até março de 2020, a vida parecia transcorrer normalmente, embora com os percalços dos arroubos econômicos, sociais e culturais do então governo Jair Messias Bolsonaro. Então, foram deflagradas as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e de órgãos sanitários para o imediato recolhimento residencial. De repente, tudo parou: comércio; turismo; educação; indústria; passeio público. Exceto as unidades de saúde e, no pico da mortalidade, as funerárias. A negação da ciência e o retardamento da compra da vacina, constâncias diárias do governo federal, dispararam a mortalidade por covid-19 no Brasil.

Em meio à tragédia anunciada, busquei compreender as implicações sociais e pedagógicas do isolamento social na vida de mulheres professoras que atuavam no ensino médio integrado em um dos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

Como pesquisadora do ensino médio fiquei incomodada com a inserção do ensino remoto emergencial. Preocupei-me com o tempo de tela ou com a falta dela diante da carga horária de tempo integral.

Essa inquietação não foi somente minha; perpassou profissionais da educação, pais e comunidade escolar. Indagamo-nos: como viabilizar a formação integral no contexto das condições precárias de muitas famílias? Como dar aulas remotas com inexistência da internet? Como assegurar condições de acesso ao ensino com a inexistência de computadores, *smartphone* e celulares para inúmeras famílias sem trabalho e moradia adequada ou segura?

A precariedade do contexto nos fez perguntar: como faríamos a travessia do ensino remoto emergencial de forma inesperada, sem os meios e o acesso à formação? A conjuntura excludente fez do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) o mais desigual desde a sua criação em 1998. O ensino médio, a exemplo de outras etapas e modalidades de ensino, enfrentou desafios vários, como o fato de 50% dos

estudantes do ENEM/2021 terem deixado de comparecer à avaliação. Essa baixa nos dados refletiu a falta de condições para a realização do ensino remoto na educação básica. Os números do ENEM/2021 denunciaram que metade dos estudantes do ensino médio não dispuseram da estrutura mínima necessária para a realização dos estudos remotos (OLIVEIRA, 2021).

O isolamento social aprofundou as desigualdades ao modificar o ensino. Destacou a classe trabalhadora, população mais afetada, e colocou as mulheres cada vez mais dentro de casa. Diante do cenário nacional, caracterizado pela política ultraconservadora do governo federal, agravaram-se questões como insegurança, violência, fome, recessão econômica, desemprego e precarização dos serviços essenciais, além de outros graves problemas.

Os jargões midiáticos “Não aglomerem”, “Os números são vidas”, “Fique em casa!” contrariavam a determinação do governo federal, que sinalizava a ida das pessoas à normalidade, pois na compreensão do presidente, nada acontecia “além de uma gripezinha”.

A classe trabalhadora, sufocada em suas humildes residências, mais uma vez resistiu, especialmente as mulheres negras e desempregadas, ou seja, as que mais sofreram com as obrigações domésticas, o desemprego e violações diversas. A casa, lugar de referência das mulheres, adequou muito bem a expressão “Fique em casa”. Historicamente, a naturalização social de submissão da mulher atravessou gerações e tornou-se secular, pelo próprio movimento social e cultural que aprisiona a mulher em face das opressões do cis-heteropatriarcado.

Nesta contribuição, reflito elementos de desconstrução da retroalimentação cultural que aprisiona as mulheres. Tomei a problemática como ponto de partida para desenvolver a análise qualitativa a partir do caso de mulheres professoras. Os dados inventariados no confinamento são baseados nas representações discursivas (lugar de fala), sem desconsiderar o controle interseccional por sexo, raça e classe, e, sobretudo, as diferenças heterogêneas entre as mulheres.

As informações submetidas à análise do discurso crítico (ADC) destacaram fragmentos de impactos à vida e ao trabalho feminino a partir do distanciamento social, sem perder de vista os desígnios da política econômica que tem oprimido cada vez mais as mulheres.

A literatura de sustentação dos dados apoiou-se nos argumentos teóricos do movimento negro norte-americano e em pesquisas afro-brasileiras oponentes à tese de naturalização opressiva às mulheres. Ambas as teorias reconhecem a submissão do gênero feminino sob o jugo do patriarcado, bem como as consequências dessa engenhosidade na retroalimentação das opressões.

Nesta perspectiva, a reflexão teórico-metodológica desta obra dialoga com o movimento de libertação das mulheres, como algo que precisa ganhar as ruas neste século. As reflexões buscam desmistificar o pensamento androcêntrico pelos vestígios do status social concedido aos homens. Sem acesso a tudo que lhes convém, as mulheres são frequentemente relegadas a segundo plano. Por isso, constantemente, são capturadas por crenças e mitos, distanciando-as da consciência que as liberta.

Com este entendimento, os resultados da pesquisa identificaram marcadores teórico-metodológicos sociais e culturais do enquadramento natural que desconsideram as desigualdades. Desse modo, concluí que a organização da classe feminina para o alcance da liberdade precisa independe das mulheres excluídas, no entanto, deve-se começar por elas e com elas, pois são as que mais precisam de liberdade para alcançar a organização da classe.

Estas mulheres não conhecem o terreno que as faz submergir, visto que quase tudo lhes é negado. As mulheres com potencial político de mobilização e articulação precisam desmistificar a opressão, desnaturalizar as conexões sociais e culturais do aprisionamento, assumir propostas afirmativas, com ações compensatórias focadas nas diferenças desiguais, para a visibilidade inclusiva e a ascensão social.

Boa leitura!



# 1

## **INTRODUÇÃO**



Este livro resultou do relatório de pesquisa do Estágio Pós-Doutoral do Programa de Pós-Graduação em Educação, da UFC, na área de concentração denominada Educação Brasileira, integrado à linha de pesquisa História e Educação Comparada. A análise intentou desmistificar as conexões que impedem a organização para o desenvolvimento político da classe feminina na luta constante. O ponto de partida é o aprisionamento das mulheres na tríade gênero, raça e classe dentre os aspectos que retroalimentam esta problemática. Priorizei teorias feministas teórico-metodológicas com argumentos úteis à articulação da classe feminina no enfrentamento da exclusão sociocultural.

Esta contribuição está situada no cenário da pandemia de covid-19 causada pelo vírus da Síndrome Aguda Respiratória Grave (SARS-CoV-2), período em que as mulheres ficaram confinadas no espaço doméstico e assoberbadas com atividades, sobretudo, os afazeres do lar. Aloquei a casa como o lugar de referência para as mulheres historicamente.

Trata-se, portanto, de uma realidade imposta à sociedade secularmente que tem impactado a vida das mulheres e retroalimentado a submissão pela dimensão cultural, sob o mecanismo de controle do patriarcado. A naturalização de opressão às mulheres é algo danoso à vida sociocultural, porque as mantém alienadas por gerações, enquanto estratégia de controle, fazendo-se necessária uma análise aprofundada das diferenças entre homens e mulheres, a fim de desconstruí-las.

Abordo nesta obra a histórica submissão das mulheres situada na divisão do sexo, da raça e da classe, na tentativa de possibilitar argumentos à ascensão feminina, como mecanismo de resposta ao agravamento situacional das mulheres com o avanço da pandemia e as consequências de impacto como algo inesperado para as mulheres.

Em janeiro de 2020, declarou-se o alerta máximo emergencial pela OMS no Regulamento de Saúde Pública Internacional. O elevado nível de alerta estava justificado pelo surto da SARS-CoV-2, embora não se confirmasse, à época, o local exato em que surgiu o vírus. Ouviu-se a hipótese de que o vírus havia surgido em Wuhan na China e se espalhado rapidamente pelo continente europeu. Até agosto de 2022, as pesquisas estão sobre a mesa, em busca de mais informações. A única certeza que temos diz respeito ao número de vidas ceifadas pela gravidade viral.

A rapidez do vírus determinou a pandemia e, com ela, as medidas de isolamento social para conter a mortalidade. Assim, as relações comerciais, sociais e culturais foram modificadas. O modo de vida das pessoas foi alterado, o turismo estagnado, as aulas presenciais públicas e privadas suspensas. Enfim, as relações sociais foram afetadas inesperadamente (OPAS/OMS BRASIL, 2020).

Neste cenário mundial, modificado pelo minúsculo e invisível vírus, os organismos internacionais, o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, a pretexto da pandemia, apresentaram uma solução hábil e rápida para viabilizar a educação por meio do ensino remoto. Assim, nasceu o sofisticado nome: ensino remoto emergencial (ERE).

A suspensão das aulas impactou diretamente a vida de todos, com maior peso sobre as mulheres. O trabalho se acumulou e os afazeres domésticos triplicaram em razão de cuidados, orientação e acompanhamento dos filhos no ensino remoto, precariedade das condições de moradia para muitas pessoas, falta de acesso à rede mundial de computadores, insegurança alimentar, além da violência física e psicológica no âmbito familiar.

Com a suspensão das aulas a rotina da família foi alterada e alguns pais seguiram cada vez mais distantes do acompanhamento escolar, embora conscientes de que os filhos estavam em casa e no ensino remoto, precisando de acompanhamento. Diferentes situações se intensificaram em meio aos desafios cotidianos, por diversos fatores:



excesso de atividades atribuído à classe trabalhadora; ruptura das relações, muito comum no cenário familiar da atualidade; distintos modelos de família – separada, recasada, monoparental, socioafetiva, homoafetiva (HOLANDA, 2015) – ou até mesmo a naturalização da submissão feminina, enraizada na cultura ocidental.

Por conta da pandemia, milhares de crianças deixaram de ser alfabetizadas, e cinquenta por cento dos estudantes de ensino médio foram excluídos do ENEM realizado no início de 2021. Enfim, a naturalização do poder patriarcal, que mantém a dominação masculina, tensionou fortemente a subordinação da mulher, que cada vez mais ficou confinada em casa no período do isolamento.

O discurso anterior à pandemia, socialmente cristalizado, de sinalização à família no acompanhamento escolar alcançou o ápice durante o isolamento social e, mais uma vez, foi resumido à figura da mulher. No contexto da pandemia, esse problema ficou ainda evidente com a suspensão das aulas; a submissão doméstica enraizada na cultura ocidental deixou a cargo das mulheres os cuidados de milhares de crianças, em meio aos problemas estruturais, de natureza complexa, para além do esforço subserviente.

As mulheres enfrentam desafios diversos como desemprego, preconceito, assédio, excesso de trabalho, violência física, sexual, moral e psíquica, enfim, a estandardização do sofrimento. As que não trabalhavam fora de casa diariamente mantiveram-se confinadas, indiretamente, a serviço do sistema produtivo em meio à política econômica que explora cada vez mais as mulheres ao manter a rotina familiar.

Em relação à violência doméstica, sabemos que a casa nem sempre é um lugar seguro e agradável às mulheres, especialmente em tempos de confinamento. Os dados têm revelado o crescimento de agressões em decorrência da pandemia, conforme evidenciou a Sempreviva Organização Feminista (SOF, 2020).

Em face do exposto, apresentei como questão central: quais as implicações sociais e pedagógicas do isolamento social na vida de

mulheres professoras do ensino médio integrado do IFCE, *campus* de Canindé, no contexto da pandemia de covid-19?

Para tanto, defini como objetivo geral: compreender implicações sociais e pedagógicas do isolamento social na vida de mulheres professoras do ensino médio integrado do IFCE, *campus* de Canindé, no contexto da pandemia de covid-19. Desse objetivo geral, desdobrei os objetivos específicos, a saber: i) caracterizar os aspectos da realidade feminina que atravessam a família e o trabalho, a partir do ensino remoto emergencial desenvolvido na própria moradia no decorrer da pandemia de covid-19; ii) identificar as implicações pedagógicas em razão do isolamento social na vida de mulheres professoras, a partir do ensino remoto emergencial; e, iii) refletir sobre a condição das mulheres na sociedade de classe no contexto da pandemia.

Parti, portanto, de um fenômeno real da vida cotidiana, complexo e imensurável. Por isso, fiz escolhas metodológicas tecnicamente pensadas que priorizassem procedimentos viáveis ao alcance investigativo. Recorri a Minayo (1994); Zanelli, (2002); Gil (2007); Lüdke e André (2012); Fairclough (2001); Flick (2009); e Yin (2005) e delineei o percurso metodológico para a ida ao campo virtual. Realizei uma pesquisa de natureza qualitativa com o método estudo de caso, usando as técnicas de análise documental e questionário *on-line*. Os dados foram submetidos à luz da Análise do Discurso Crítico (ADC), sustentados na literatura referenciada por pesquisadores/as nacionais e internacionais. Os resultados relatados neste espaço textual foram dedicados às mulheres, e disponibilizados aos pares, professores/as, à comunidade em geral e, sobretudo, à comunidade acadêmica.

A análise de campo inseriu como lócus o IFCE, *campus* de Canindé por ser o lugar de atuação profissional em que as mulheres professoras se voluntariaram a colaborar. O *campus* de Canindé está geograficamente localizado na microrregião de Canindé, pertencente à Mesorregião Norte do estado do Ceará. O contexto socioeducacional dessa microrregião inclui indicadores das cidades de Itatira, Carida-

de, Santa Quitéria, Paramoti, General Sampaio e a própria Canindé. Na área educacional, está vinculada à 7ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação - CREDE 07.

O referido *campus* é uma instituição pluricurricular e multicampi, especializada em educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, ofertando matrículas do ensino médio ao doutorado. Em relação às licenciaturas, disponibiliza quatro cursos: Matemática; Pedagogia; Educação Física; e Música. Com atuação nas modalidades presencial e à distância, disponibiliza além das licenciaturas, bacharelados e Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu, em articulação com o trabalho de pesquisa e extensão, sem perder de vista a concomitância com os cursos de ensino médio de nível técnico.

O curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Eletrônica busca qualificar os/as estudantes para atuarem como profissionais no desenvolvimento de projetos eletrônicos nas subáreas de microcontroladores e microprocessadores, bem como na execução e supervisão de instalação e manutenção de equipamentos, nos sistemas eletrônicos, inclusive de transmissão e de recepção de sinais (IFCE, 2020). Inclui no perfil do egresso a qualificação para realização de medições, testes e calibrações de equipamentos eletrônicos e execução de procedimentos de controle de qualidade e gestão (IFCE, 2020). Neste sentido, seu principal objetivo consiste em formar profissionais habilitados para atuar no setor industrial e serviço na área de eletrônica. O curso agregava na ocasião 23 docentes nas disciplinas do núcleo comum e na área técnica profissional. Desse quantitativo, havia apenas cinco mulheres, sendo estas convidadas a serem as respondentes.

O perfil das respondentes revelou a efetividade profissional, em regime de trabalho com dedicação exclusiva (DE), o que confere estabilidade profissional às participantes. Duas delas têm doutorado, duas têm mestrado, apenas uma com a licenciatura. Duas são da área de Letras, uma da área de Geografia, uma de Artes e uma de Química. Observei que nenhuma das professoras mulheres pertencia à área técnica do curso pesquisado, que é composta exclusivamente por ho-

mens. Informações coletadas e captadas virtualmente traduziram a capacidade de subjetivação do gênero feminino, reflexão esta que perpassará a análise.

A pesquisa atendeu às exigências das normas da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme aprovação do projeto de pesquisa através do Parecer Nº 4.769.199, CAAE 47138921.30000.558.

Em atenção à identificação das respondentes, foram identificadas com a letra “P” do cargo de professora, e com os números ordinais crescentes (P-1); (P-2); (P-3); (P-4) e (P-5), conforme a sequência de resposta ao convite. Início a análise com o relato da primeira professora, apresentando as razões da recusa ao convite. Os argumentos da recusa detalhados na análise serão retomados oportunamente.

Acerca do perfil profissional das respondentes, a (P-1) tem doutorado em Linguística e dá aulas de Língua Portuguesa no ensino médio integrado em Eletrônica. A (P-2) é bacharela em Geografia, mestra em Geografia, e ministra aulas de Geografia Física. A (P-3) é graduada em Educação Artística, trabalha com a disciplina de Artes no ensino médio integrado. A (P-4) é graduada em Química, tem mestrado em Química Orgânica e doutorado em Química. Por fim, a (P-5) tem formação em Letras/Português/Inglês e mestrado em Linguística. Todas as participantes, como afirmado anteriormente, são efetivas e com atuação no curso; na fase de aulas remotas, cederam, portanto, suas próprias moradias ao trabalho, conforme será evidenciado nos capítulos textuais.

A contribuição textual tem como premissa fomentar o debate da causa feminista. Por isso, a relevância educacional, social e política, a partir dos fundamentos teórico-metodológicos (FAIRCLOUGH, 2010). A reflexão dos escritos enfatiza argumentos necessários à consciência das mulheres no sentido de fazê-las compreender as diferenças seculares de dominação. Não se trata de uma luta em busca de sobreposição do gênero, mas estudar as diferenças para conhecer os ele-



**MULHERES NA SOCIEDADE:  
ELAS SEMPRE ESTIVERAM  
NA HISTÓRIA, AFINAL,  
“E NÃO SOU UMA MULHER?”**



Os argumentos teóricos desta seção foram constituídos a partir de algumas correntes feministas, que fundamentam a crítica intelectual sobre o aprisionamento e/ou a subordinação da mulher na literatura de referência. Trata-se de pesquisadores que tiveram o propósito de compreender o pensamento de feministas americanas e afro-brasileiras, a fim de lançar luzes sobre o debate de retroalimentação do movimento, bem como informações de novas pesquisas. Portanto, algumas das posições teóricas contidas neste espaço textual serão retomadas no decorrer de outros capítulos como elementos de sustentação dos resultados diante da interpretação reflexiva.

A contribuição dos argumentos teóricos nestes escritos textuais prioriza a fidelidade à discussão das mulheres em diferentes marcas históricas, ou seja, épocas passadas que são significativas para compreendermos o papel da mulher na contemporaneidade, especialmente no cenário da pandemia de Covid-19 em que se delinea o *home office*, pela crítica ao ensino remoto emergencial (COLEMARX, 2020).

A suspensão das aulas presenciais expôs a profissionalidade docente, fragilizou as práticas pedagógicas, sufocou as mulheres, especialmente as operárias. Muitas dessas mulheres sucumbiram ao desemprego, outras ficaram entre a família e a lógica do mercado de “não parar” (SAVIANI; GALVÃO, 2021).

Por este viés textual, sistematizo pensamentos de pesquisadoras, mulheres americanas e brasileiras que lutam constantemente para o fortalecimento das conquistas femininas. Compreendo que a imagem

da mulher negra é um símbolo universal pela própria identidade em qualquer país ou continente, no entanto, decidi dialogar com o movimento dos EUA e o exemplo de resistência da cultura negra afro-brasileira (ASSIS, 2019).

Neste diálogo intercultural, transito da conjectura americana às feministas brasileiras pela diáspora africana, discutindo premissas do patriarcado, do racismo e do sexismo com a sinalização a diferentes momentos históricos. As respectivas correntes teóricas não se sobrepõem, muito pelo contrário, se complementam sem perder suas especificidades. Alertam sobre o perigo de uma história única, denunciam a primazia eurocêntrica, revelam a necessidade de uma epistemologia decolonial, como uma metodologia política a ser aplicada, no sentido de que a história pode e deve ser contada de várias maneiras (ADICHIE, 2019).

Deste modo, precisamos nos debruçar cuidadosamente sobre os históricos mecanismos colonizadores, a fim de compreender as estruturas que aprisionam as mulheres sob o enigma da divisão social por raça, sexo e classe.

Os estudos sobre o movimento negro feminista desconstroem a força do patriarcado, desnudam a dominação masculina e seus feitos pelo determinismo biológico em corpos, almas e mentes das mulheres, contrariando o desígnio natural de ordem das coisas (BOURDIEU, 2002).

Meu interesse pela temática ampliou-se após conhecer algumas obras dentre elas: Perrot (2007) e Heller (2016), Holanda e Cavalcante (2013), Telles (1977) e Beauvoir (2009). Posteriormente, li Saffioti (2015), Akotirene (2020), Rios e Lima (2020), Carneiro (2011), dentre outros trabalhos, a fim de avançar na compreensão.

Em seguida, lancei-me a outras leituras, a exemplo do Quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus (2001), dentre outras escritas de mulheres negras e subalternizadas. O envolvimento com a temática me levou a conhecer os argumentos de Mathieu (1971), Falquet (2014), Delphy (2015), Guillaumin (2003), Tabet (2004), Davis (2016),



Collins (2019), dentre outras pesquisadoras dos Estados Unidos, da Europa e da América Latina.

Priorizei trazer para este texto ideias convergentes aos mecanismos e princípios históricos que aprisionam as relações sociais, seja na pessoa homem ou mulher. Centrei esforços para entender diferenças emanadas da divisão sexual e suas implicações raciais e sociais pela divisão do trabalho, por entender que são elementos ocasionadores da exploração de uma classe sobre a outra (FERREIRA *et al.*, 2014).

A discussão teórica escolhida para este estudo parte do pressuposto de que as mulheres sempre estiveram na sociedade, embora silenciadas em alguns momentos da história, conforme evidenciarei adiante, a exemplo das pesquisas de Davis (2016), com a premissa do feminismo negro nos EUA para, em seguida, alcançar a organização das mulheres negras no Brasil.

As obras estudadas expõem a predominância exacerbada do patriarcado nas sociedades pré-capitalista e pós-capitalista; trazem a luta das mulheres imbricada no legado de dominação centralizado na figura de subordinada, e aplicável severamente às mulheres de pele negra. As correntes norte-americanas, de acordo com a concepção interseccional, explicam que a diluição do patriarcado não é algo simplista. Como será trazido a seguir, as condições materiais e desiguais existentes entre as mulheres mantêm a consciência oprimida, o sistema político opressor, e a retroalimentação da opressão (MATHIEU, 1971).

A princípio, situo a ideia de que as mulheres sempre estiveram na história, embora silenciadas em alguns momentos. Na sequência, discuto alguns dos principais elementos sociais e culturais que têm contribuído para a submissão e opressão da mulher na sociedade escravagista e pós-capitalista em meio a lutas e conquistas. Por fim, evidencio o sufrágio da mulher negra no trabalho escravocrata, por compreendê-lo estrutura basilar no movimento feminista. O propósito não é defender a mulher negra em detrimento da mulher branca ou a mulher da classe abastarda, mas evidenciar as desigualdades exis-

tentes entre a própria classe feminina, a fim de situar os principais entraves das feministas na pós-modernidade.

Relegadas da cultura, da ciência e de tudo que convém ao homem, as mulheres silenciadas mantiveram-se por séculos rotuladas de “incapacitadas”. Invisíveis na sociedade, por longo ciclo na história, as mulheres não tinham liberdade de falar publicamente, muito menos o direito de fazer qualquer tipo de concessão sob nenhuma hipótese, visto que não dominavam o próprio corpo, a alma e os pensamentos. Aprisionadas em mitos, costumes e tradições não lhes era permitida decisão alguma (DELPHY, 2015).

Por isso, o grito de liberdade da ex-escravizada Sojourner Truth entrou para a história ao ecoar o pronunciamento de resistência, proferido em Akron, Ohio, no ano de 1851. O mote de Truth “E não sou uma mulher?” contrapôs a incapacidade feminina, algo antes inimaginável para aquela época. Contrariou os clérigos e a igreja quando estes acentuavam a dependência das mulheres pelo mito da fragilidade. Diziam eles que as mulheres não deveriam ter direitos iguais aos dos homens por serem frágeis e intelectualmente débeis. Afirmavam ainda que a debilidade feminina vinha desde o começo das coisas. O exemplo de Jesus em ser um homem e não uma mulher, e a primeira mulher ter caído em pecado, isto encerraria qualquer perspectiva de igualdade. De encontro aos ideais machistas, Truth asseverou:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles

ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (PINHO, 2014).

Truth imortalizou-se no século XIX como a única mulher negra a participar da convenção de Akron, em Ohio, em 1851, e entrou para a história com uma frase que viria ser a mais citada nos movimentos de mulheres desde então. Colocou por terra o argumento masculino de supremacia do “sexo frágil” e defendeu de modo contundente a causa unificada das mulheres negras (DAVIS, 2016).

Quando escravizada, Truth se igualava aos homens e demonstrou sua extraordinária força muscular e psicológica ao exaltar que aguentou a mesma quantidade de chicotadas aplicadas aos homens, e ainda afirmou que arava a terra, plantava e enchia os celeiros, teve treze crianças e sobreviveu à dor de uma mãe ao ver os filhos serem vendidos.

Aplaudida como heroína àquela época, Sojourner Truth não se sentia incapacitada por ser mulher, muito menos fragilizada pela situação econômica e racial. De modo contrário, ela lutava por direitos iguais e já entendia o embrutecimento que constrangia as mulheres de classe favorecida economicamente, independentemente da cor da pele e da classe social. Dentre seus atos de encorajamento na luta, se apresentava como uma mulher à frente de seu tempo. Ao perceber o sentido de classe, sinalizava a inclusão das mulheres brancas no movimento da luta feminista (DAVIS, 2016).

Outra mulher notável na luta contra a opressão das pessoas negras foi Harriet Tubman. Conforme Davis (2016), nenhuma discussão sobre a mulher deve excluir o grito desta precursora ativista e aguerrida do movimento feminista. Tubman conduziu centenas de pessoas escravizadas rumo à liberdade.

Os ideais de luta dessa brava negra no continente americano nasceram da própria experiência de vida no combate escravocrata. Na infância, Tubman aprendeu com o pai desde cedo a dureza da vida. Desde criança, os escravizados já compreendiam o que precisavam

aprender para sobreviver. Desse modo, ainda na infância, aprendiam a caçar, a nadar, inclusive a pisar de mansinho para obter êxito na fuga pela liberdade (DAVIS, 2016). Isso revela que as pessoas podem ser modeladas socialmente. Os marcos culturais e históricos definem ações de uma época, o que a história constrói como fonte escrita também pode desconstruir, seja pelos fatos escritos ou pela memória social (AMADO; FERREIRA, 2006).

O terreno da história oral permite aceitar os problemas gerados pelo movimento histórico ou nos leva a repensar sobre como estes se constituem. Precisamos entender o conhecimento nesse fazer, como ele é demarcado, para assim refletir sobre as relações cotidianas e suas implicações que retratam um determinado contexto histórico, seja ele político, econômico, social ou cultural (AMADO; FERREIRA, 2006).

Houve uma época em que as mulheres foram modeladas socialmente de forma a imortalizarem-se sob marcos culturais da memória social. Quis a história que no início da civilização as mulheres ocupassem lugar de destaque na Antiguidade, a exemplo de Ísis, Afrodite, Deméter, Hera, dentre outras deusas, ressaltadas como divindades femininas. Com o desenvolvimento da civilização, na modelagem histórica, foram destituídas de seus lugares e recolocadas em segundo plano. Sem identidade, oprimidas e alocadas em segundo lugar, as mulheres iniciaram a luta pela própria sobrevivência (ASSIS, 2019).

Em consequência da opressão, no século XIX, as mulheres não apareciam nos manuscritos, como também não se encontrava nada escrito por elas. Mantidas longe do conhecimento e das bibliotecas, as mulheres, em certo momento, se destinavam exclusivamente ao casamento, sob diversos tabus, e pouco se falava delas, por simplesmente serem mulheres. Assim, preservava-se como tema oculto, com o silêncio das fontes e a submissão ao patriarcado com total resiliência a todo tipo de violência (SAFFIOTI, 2015).

As mulheres coisificadas pela ideia de naturalização permaneceram imobilizadas, silenciadas e aprisionadas culturalmente. Somen-

te os homens apareciam socialmente como seres socializáveis. Desse lugar privilegiado, instituíam pela classe masculina o pensamento universal de apropriação matrimonial aplicável às mulheres como um antídoto predatório (DELPHY, 2015).

O ciclo biológico, estruturado culturalmente de ação coletiva, reproduz infinitamente a biologização do efeito natural de um mundo harmônico e original. Assim, a naturalidade das coisas passa despercebida continuamente de modo que as mulheres sempre estiveram na história sem pertencê-la por não conseguirem desenvolver o papel de sujeito crítico, pensante, histórico (BOURDIEU, 2002).

Segundo Holanda e Cavalcante (2013, p. 06) ainda hoje, “a maternidade é vista como o representante maior da feminilidade”, uma vez que a natureza da mulher devesse ser cultivada culturalmente como algo delicado e frágil. Esta rotulação tem como finalidade recobrir as mulheres de atributos passivos, considerados adequados ao desempenho da função de esposa e mãe. É preciso refletir que, ainda hoje, nas sociedades ocidentais, em grande medida, perdura essa compreensão da mulher como reprodutora e submissa ao homem, mesmo quando a figura feminina é a provedora do lar (HOLANDA; CAVALCANTE, 2013).

Posteriormente, em ritmo lento, este aprisionamento foi sendo redimensionado. Baseada em Heller (2016), na contemporaneidade, com o avanço das mulheres ante os movimentos de libertação, elas não têm permitido a sua consciência caricatural, fetichizada; elas não têm aceitado o papel alienante de que tudo é natural.

Usando sua capacidade subjetiva cotidianamente, as mulheres saíram de seus lugares de silenciadas para demarcar o grito de liberdade na batalha histórica. Muitas mulheres contrapuseram-se aos modos de dominação estabelecidos socialmente com a desconstrução das verdades absolutas aceitas socialmente e validadas culturalmente (HELLER, 2016).

Conforme Perrot (2007), no século XIX, as mulheres iniciaram as primeiras conquistas. Embora tímidas, começaram a se fazer presen-

tes nos discursos e nas imagens. No século XX, fizeram história com suas respectivas presenças nas universidades, mudando o clima intelectual, o que alterou a escrita e o rumo da história também.

Na atualidade, neste século XXI, o desafio posto é fazer com que a história das mulheres ganhe as ruas, explicitamente, de modo escrito, falado, em palavras ou gestos. Os tempos mudaram e esta perspectiva de mudança precisa redimensionar a história cultural (PERROT, 2007). Por conseguinte, nos adverte Davis (2018), que a luta precisa ser diária. No entendimento da autora, a liberdade advém da luta constante e precisa ser nutrida nas pequenas conquistas.

A coragem das mulheres pioneiras na luta feminina imprimiu mudanças, mesmo que lentamente, mas significativas em relação ao corpo, à repressão social, à maternidade, à sexualidade, à alma, pela espiritualidade do domínio religioso, externando, desse modo, uma nova expressão cultural (PERROT, 2007). Segundo a autora, o século XIX foi marcado pelo início das conquistas femininas. O silêncio pesaroso sobre as mulheres, como uma ordem natural das coisas e aniquilador das fontes orais e escritas, começou aos poucos a ser modificado. As mulheres saíram de seus lugares invisíveis para fazer a história; mudaram, inclusive, o próprio conceito no imaginário masculino.

Perrot (2007) assevera que as mulheres remodelaram o discurso social, camuflando a própria identidade. Sob anonimato e pseudônimos, largaram as primeiras publicações de pequenos manuscritos, atraindo o aceno dos jornais da época. Assim, fizeram história, quebraram o silêncio para serem percebidas e, timidamente, chegaram às bibliotecas.

Dos manuscritos à imprensa, da profissão à pesquisa, da filosofia à revolução, ávidas pelo conhecimento, as mulheres têm editado textos e ditado modas. Chegaram ao século XXI conscientes de que a roupa e o gênero são harmonizáveis; disfarçam ou reforçam a condição social. As mulheres podem usar a roupa que desejarem, não se permi-

tindo mais serem usadas pelas roupas como antigamente (PERROT, 2007).

Essas e outras descobertas revolucionaram a condição feminina. Podemos destacar o corpo da mulher no decorrer da história em confronto com as mudanças do tempo; a longevidade, o uso dos avanços científicos e tecnológicos relacionados à obstetrícia, à ginecologia, à aparência e ao cabelo têm referenciado o estilo de vida feminino, condicionando-o ao corpo subjugado ou libertado (PERROT, 2007).

A história humana foi alicerçada com o esforço de muitas mulheres e reconhecer estas pioneiras nos ajudará a entender os mecanismos da opressão na relação do patriarcado fortemente demarcados na divisão sexual e atacadados à classe social. Culturalmente, as pessoas negras são subjugadas e lançadas ao trabalho braçal com demérito de inferioridade; já em relação às pessoas de cor branca, são dispensáveis de apresentação em razão do reconhecimento pela cor universal (DAVIS, 2016).

O exposto indica a relevância no desenvolvimento da capacidade intelectual. Esse entendimento destrona a base burguesa de não querer propiciar o saber sistematizado às pessoas da classe trabalhadora, pois o conhecimento torna as pessoas inadequadas para o trabalho pesado. Este discernimento tornou-se por muito tempo empecilho para a elite escravocrata, culminando com a proibição dos escravizados de aprenderem a ler. Assim, tem se desenrolado a educação no decorrer da história humana, desde o término da Segunda Guerra Mundial, quando os princípios de liberdade e emancipação foram diluídos na utopia do progresso (DU BOIS, 1999).

Vários são os desafios enfrentados pela classe trabalhadora e, sobretudo, as mulheres, sem espaço assegurado na classe trabalhadora, sejam nos espaços públicos ou privados. Segundo Akotirene (2020), o *modus operandi* que oprime as mulheres segue camuflado em aspectos não relacionáveis. O capitalismo e o patriarcado utilizam-se da mesma astúcia de opressão com a expertise separatista para garantir a dispersão e a submissão feminina.

Comumente, ouve-se dizer que o feminino negro traz cisões sociais, mas é justamente o contrário, precisamos conhecer as cisões sofridas pelas mulheres negras, a fim de compreender as pressões impostas a elas no sentido de criar mecanismos que oportunizem reparar as situações desiguais (AKOTIRENE, 2020).

O relatório censitário norte-americano de serviços domésticos do ano de 1890 atestou que a população negra saiu de uma escravidão para outra. A condição de vulnerabilidade social, especialmente das mulheres negras, alimentava e continua alimentando o ciclo vicioso de exclusão. Os dados daquela época provaram que “Negros são serviços, serviços são Negros” (DAVIS, 2016, p. 101). Essa assertiva nos faz entender a desigualdade estrutural da sociedade vigente, dividida em classes. Os postos de trabalho dos serviços braçais ainda são realizados em sua maioria pelas pessoas negras. De acordo com Saffioti (2015), esses fatores são subsídios elucidativos para entendermos o nó que amarra a tríade classe, gênero e raça.



# 3

**A PANDEMIA DO  
CORONAVÍRUS E O *HOME  
OFFICE*: A CILADA DO  
TRABALHO “QUASE SEM  
PARAR” EM TEMPOS DE  
ISOLAMENTO SOCIAL**



A pandemia do coronavírus impôs a necessidade de isolamento social e a interrupção da rede mútua de ajuda que existia entre as mulheres; mãe e filha, avó e tias, primas e irmãs, umas se apoiavam nas outras de forma alternada. O acúmulo de atividades em meio à nova rotina de higienização das crianças, de preparação dos alimentos, de lavagem de roupas e dos cuidados com a casa e a família intensificou o trabalho feminino.

As relações envolvendo trabalho, escola e família são mais complexas do que imaginamos. A sociedade atual, em constante transformação, articulada na tríade ciência, tecnologia e trabalho, tem impulsionado múltiplos desafios à classe trabalhadora (MANFREDI, 2002).

Esta concepção acerca do trabalho e da sociedade contemporânea requer uma análise crítica para além do que se mostra explicitamente nas relações sociais. Com base em Manfredi (2002), o propósito crítico e reflexivo busca desmistificar verdades absolutas, desnudando intencionalidades ocultadas, que têm perpetuado a exploração nas relações ao longo da história humana.

As comunidades pré-capitalistas criaram uma sociedade de valoração e respeito ao ancião e à vida em comum com a partilha alimentícia, experiências e saberes de geração em geração, aspectos estes, distante do sombrio espírito acumulativo. Esta realidade mudou com o capitalismo, que atrofiou valores humanos necessários ao bem-estar comum, transformando os princípios da vida em comunidade na perda da própria comunidade (ARENDDT, 2012).

Na compreensão da autora, precisamos voltar ao passado e verificar o que de bom existiu nele. Deste modo, aproveitaríamos as experiências relativas à vida em comum e o que de bom está relegado ao esquecimento. Os costumes da história ocidental soterraram a dignidade da tradição humana. Segundo Arendt (2012), remamos contra os esforços que nos afastam dos valores humanos para escapar do horror que se fez no presente. Refugiar-se ao passado eventualmente intacto, na concepção da autora, parece uma tentativa vã, tendo em vista o que está posto para o futuro. Assim, se não enfrentarmos os desafios do presente que desumaniza, não será possível pensar no futuro humanizado.

Alinhada à humanização, Carvalho (2002) reflete o processo de construção da cidadania, com o intuito de conhecer-lhe o significado e sua evolução histórica. Segundo o autor, o fenômeno da cidadania é complexo e historicamente definido. Aprofundar a discussão sobre as raízes da desigualdade favorece pensarmos o desenvolvimento da história pela discussão que permeia a nódoa da escravidão imanente ao tecido social.

A dívida social é remanescente da sociedade escravagista onde existia o cidadão pleno, titular de todos os direitos e as pessoas sem nenhum direito, os não cidadãos. A dívida social com a população escravizada é secular, visto que a “libertação” dos negros não gerou automaticamente o gozo dos direitos civis, sociais e políticos. O exercício da libertação do negro não garantiu a ele segurança, liberdade e trabalho (CARVALHO, 2002).

Os significados de emancipação para os negros é algo relativo, pois, mesmo depois de um quarto de século, continuaram submetidos ao trabalho pesado da lavoura; poucas mulheres negras escapavam do campo, da cozinha ou da lavanderia das senhoras brancas. Assim como na vida escravizada, homens e mulheres de cor negra continuaram na agricultura como meros arrendatários ou contratados a quantias irrisórias (DAVIS, 2016).

Na compreensão da citada autora, a obrigação dos contratos estabelecidos com os proprietários de terras conduzia as pessoas negras a dívidas impagáveis. Da escravidão passaram à servidão em virtude de tais dívidas com os proprietários. Os arrendatários exigiam lucratividade de até 30% da colheita a ser negociada como garantia de safra. Além deste percentual, havia o adiantamento de alimentos básicos para a subsistência do trabalho na lavoura, o que só aprofundava o endividamento. Assim,

[...] não podiam pagar esse percentual e, ao fim do primeiro ano estavam endividados – no segundo ano, tentavam novamente, mas tinham a dívida antiga e as novas taxas de participação a serem pagas, dessa forma, ‘o sistema de arrendamento’ se convertia em um direito sobre a produção total (DAVIS, 2016, p. 96).

Além da dependência financeira, a população negra continuou extremamente vulnerável em todos os aspectos da vida, pela deturpação do sistema judicial na área criminal ou na exploração do trabalho pesado. Tudo era motivação para o encarceramento e para forçar a mão de obra carcerária, algo aplicável a homens e mulheres. Os abusos sexuais corriqueiros não foram corrigidos com a abolição; as mulheres continuaram ao dispor do homem branco, sobretudo, as prisioneiras. As pessoas negras naquelas épocas eram detidas sob o menor pretexto para serem sentenciadas a longas penas e castigos, sendo obrigadas a adquirir dívidas impagáveis (DU BOIS, 1997).

A situação de vulnerabilidade social de pessoas negras não melhorou após a suposta abolição. Elas passaram a uma nova condição de escravidão como meeiras, visto que continuaram nos serviços domésticos, operários e no encarceramento prisional. Tudo passou pela atmosfera da subserviência e, sem acesso à educação, mantiveram-se distantes dos direitos plenos para a cidadania (CARVALHO, 2002).

A história das mulheres negras reflete a difícil situação econômica posterior à abolição. As negras que conseguiram se livrar do trabalho no campo não podiam andar nos bondes ou trem de brancos, salvo os

casos em que estivessem acompanhando uma senhora ou senhorita de pele branca. Trabalhavam 14 horas por dia sem direito a férias e descanso semanal e submetidas a abusos, inclusive sexual, como um dos maiores riscos da profissão (DAVIS, 2016).

Nesse ciclo vicioso, o trabalho tem desumanizado a classe operária, especialmente a população negra, que continua submetida a diversas atividades degradantes em que são obrigadas pela condição de extrema pobreza. A situação de penúria recaída sobre os serviços não alterou muito a relação entre senhor e escravo para a condição entre patrão e empregado, perdurando o esforço constante de mantê-los humilhados e aniquilados em qualquer circunstância (DAVIS, 2016).

Em um de seus ensaios, Du Bois (1999) chegou ao entendimento de que os negros e as negras somente alcançariam a liberdade quando fosse solucionado o emblema da escravidão. Precisaria superar o pensamento medieval ou pelo menos reduzi-lo a 10%. Tal pensamento segue mais atual do que nunca. Na conjuntura econômica vigente, a precarização da classe trabalhadora está cada vez mais asseverada. Tem prevalecido a negação dos direitos trabalhistas, sobretudo neste início do século XXI. O subemprego tem se alastrado com o avanço de governos ultraconservadores e populistas em sobreposição à fragilidade democrática.

A revolução industrial conseguiu manter os descendentes da elite burguesa. O incremento da máquina propagou que facilitaria a vida humana, mas diversificou os modos de dominação, criando um mercado insidioso, imprevisível, pretensioso e lucrativo. O camponês atraído pelo fascínio do emprego na indústria e pela falácia da melhoria de vida deslocou-se do campo para a cidade. O fascínio da máquina levou à criação dos grandes centros e a criação de problemas complexos como a violência urbana. A sagacidade capitalista levou os trabalhadores a morar na cidade, sem o pertencimento à cidade (BURGOS, 2018).

O capital acumulou e concentrou riquezas, proletarizou a classe trabalhadora deixando-a sem direitos e mais vulnerável. O triunfo do capital imprimiu nos grandes centros a violência urbana, a exclusão, a fome e a miséria absoluta. Os precursores do colonialismo, alinhados ao patriarcado, articularam-se ao capitalismo, reforçando a alienação com a desumanização pela via da brutalização (DAVIS, 2016).

A realidade mundial, especialmente o contexto emergencial brasileiro, requer governantes qualificados para atender a demandas cada vez mais de difícil resolutividade. No entanto, no Brasil, essa necessidade está na contramão governamental, com polarização ideológica agressiva, em meio ao avanço do populismo com desconstrução dos direitos por um governo neoliberal. Na realidade brasileira, mantém-se o acirramento ideológico extremista de naturalização dos mais ricos ao pódio de superbilionários, em detrimento do crescimento da pobreza sob a onda do autoritarismo (BURGOS, 2018).

Historicamente, o iminente autoritarismo sempre repousou sobre os mais pobres. Em uma de suas aulas magnas, Ariano Suassuna<sup>10</sup>, no Tribunal Superior do Trabalho (TST, 2012), alertava juristas e estudantes de direito sobre os perigos que estavam em curso no país. Chamou a atenção sobre a vulnerabilidade democrática que pairava sobre o país, afirmando que isso seria a porta aberta do autoritarismo (TST, 2012).

Destacava Suassuna, à época, que a escalada autoritária traria a descrença nos políticos, a desconfiança no judiciário e o descrédito das instituições públicas, chamando a atenção para as consequências de naturalização dessas coisas. Isto, segundo ele, trazia consequências terríveis à população pobre, em virtude da polarização ideológica, da volatilidade política e diante da iminência de governos autoritários advindos do populismo. Ele concluiu que, se nada fosse feito, chegaria a hora da onda ultraconservadora e com ela os apregoadores da fé no papel de salvadores da pátria (TST, 2012).

---

<sup>10</sup>Dramaturgo, romancista, poeta e membro da Academia Brasileira de Letras, Ariano Suassuna, ministrou uma aula espetáculo no âmbito do conhecimento no Tribunal Superior do Trabalho. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=-f69eE\\_J7Jc](https://www.youtube.com/watch?v=-f69eE_J7Jc). Acesso em 07 maio 2021.

O prenúncio de Suassuna se materializou com a escalada bolsorista e a pandemia do coronavírus, agravando a delicada situação da classe proletária. Ancorado no negacionismo, o presidente Jair Messias Bolsonaro vendou os olhos para a pandemia, negligenciou o Ministério da Saúde, arruinou ainda mais a vida dos trabalhadores, piorando drasticamente o desemprego nacional. Enfrentamento de hospitais lotados, falta de insumos hospitalares, ausência de campanhas de incentivo ao isolamento social para controle do vírus, falta de vacinas, dentre outras decisões de cunho político e econômico, ampliaram o sufrágio da classe trabalhadora, alastrando-se a fome via subemprego e desemprego (GARCIA, 2020).

Assim, o Brasil começou o ano de 2021 com 14 milhões de desempregados; deste quantitativo, 06 milhões pararam de procurar emprego por não vislumbrar oportunidade. Além dos desempregados, 40 milhões de trabalhadores continuam na informalidade sob a forma uberizada<sup>11</sup> com jornada de até 14 horas de trabalho por dia, sem descanso semanal, férias remuneradas, licença-saúde e seguro-desemprego. Na uberização, os trabalhadores submergem no subemprego para sobreviver, trabalhando incansavelmente para um patrão desconhecido, ou seja, os donos de aplicativos. Como se não bastassem os problemas de exclusão social, fome e pobreza, a Covid-19 avançou rapidamente e dizimou mais de 500 mil vidas (SILVA, 2021)<sup>12</sup>.

Em meio à crise humanitária, o mercado cada vez mais invisível acionou repentinamente seu novo mecanismo e remodelou a perspectiva do mercado livre. Aviltamos o triunfo da indústria digital com o declínio da economia tradicional. O comércio eletrônico se fez em

---

11 Dramaturgo, romancista, poeta e membro da Academia Brasileira de Letras, Ariano Suassuna, ministrou uma aula espetáculo no âmbito do conhecimento no Tribunal Superior do Trabalho. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=-f69eE\\_J7Jc](https://www.youtube.com/watch?v=-f69eE_J7Jc). Acesso em 07 maio 2021.

12 Dados extraídos do pronunciamento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, 1º de maio de 2021, em homenagem ao dia do (a) trabalhador(a), na Central Única dos Trabalhadores, no Estado de São Paulo.



guerra pela logística do *home office*, alocando distanciamento físico como um novo modelo produtivo (MARTINS, 2020).

O declínio da economia tradicional impulsionou o capitalismo e, remodelou o mecanismo de acumulação. A estrutura comercial da revolução industrial já não é tão eficaz ao contexto. O mercado alocou na internet o *home office* como a nova lógica comercial (GARCIA, 2020).

As medidas de confinamento asseguraram lucros exorbitantes a multinacionais de tecnologia, consideradas gigantes mundiais em *streaming*, a exemplo da norte-americana Amazon. Para não ir mais além, a inteligência artificial, dentre outras potências, tem liderado o mercado financeiro como *Google, Apple, Microsoft e Facebook*, caracterizando-se verdadeiros triunfos da indústria digital (GARCIA, 2020).

Neste desafio contemporâneo, a mulher, mãe e trabalhadora tenta se equilibrar como uma sobrevivente do sistema para manter-se no mundo do trabalho. Precisa provar e comprovar sua competência profissional, dar conta dos afazeres domésticos, dos cuidados com a família e manter-se na vida profissional. Holanda (2013) chama a atenção para o fato de que foi gestado um projeto de educação para as mulheres com o intuito de que elas permaneçam em casa, cuidando desse ambiente e de sua família.

Para além de tudo isso, a mulher ainda precisa administrar a cobrança social em relação à aparência física. Como profissional precisa se esforçar em dobro para construir uma carreira de sucesso e uma identidade profissional, o que nem sempre significa reconhecimento social.

O eixo central das experiências feministas norte-americana e afro-brasileira, discutidas neste capítulo, ancora-se na crítica à opressão e na dominação patriarcal como elemento fundamental à sustentação da análise entre os capítulos desta contribuição. O propósito desta centralidade teórica foi situar a mulher, professora, dona de casa, que disponibilizou a própria residência para o ensino remoto, embo-

ra reconheça que seu lugar de trabalhadora na educação agrega um padrão de vida superior ao da dona de casa desempregada, diarista, assalariada e negra.



**ENSINO MÉDIO INTEGRADO:  
A PANDEMIA DO  
CORONAVÍRUS E O ENSINO  
REMOTO EMERGENCIAL**



O ensino médio, especificamente na realidade brasileira, nos anos de 1990, passou por total abandono enquanto política pública voltada à formação da juventude. Entre a década de 1990 e os anos 2000, a homologação da atual LDB nº 9.394/1996, de cariz negociado, oportunizou diversas mudanças à educação brasileira. Por meio do Decreto Federal 2.208/1997 (BRASIL, 1997), a LDB viabilizou o projeto político neoliberal que estava em curso no território brasileiro (SAVIANI, 2011).

De acordo com Kuenzer (2008), os estudantes do ensino médio brasileiro vivenciaram, nos anos 2000, uma década perdida em relação ao aproveitamento de estudos na escola pública, em razão do sucateamento do ensino, da fragmentação do currículo, da falta de recursos materiais e financeiros, das péssimas condições de trabalho dos professores, da falta de qualificação e de valorização profissional.

Inegavelmente, o ensino médio ficou relegado por um longo ciclo. O fracasso estampado nas avaliações externas de larga escala foi usado para manter o ranking das escolas privadas na preparação para vestibulares. A discrepância social e educacional entre o ensino médio público e privado exibiu a precariedade da oferta pública em todas as circunstâncias de sua realização. Incluía desde as instalações físicas cedidas pelas prefeituras às condições de trabalho e ensino, em grande medida, no horário noturno (KUENZER, 2008).

No ano de 1998, o Ministério da Educação criou o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em condições totalmente adversas a qualquer possibilidade inclusiva do ensino médio público, à época. A

princípio, o ENEM excluiu fortemente os estudantes da classe trabalhadora, visto que a ênfase recaía sobre a formação das escolas privadas que preparavam com exclusividade os filhos da classe empresarial para o ingresso nas universidades públicas (FERRETTI, 2000).

A partir de 2009, o ENEM ascendeu sua relevância após o movimento de profissionais e intelectuais da educação em prol de melhorias para o ensino médio brasileiro. A classe intelectual da educação lutou por melhorias educacionais, especialmente por novas políticas para a última etapa da educação básica. Ocorreram diversas ações, a exemplo do Seminário Nacional intitulado “Ensino Médio: Construção Política”, dentre outras formas de articulação com vários segmentos sociais (FRIGOTTO; CIAVATA; RAMOS, 2005).

Somente em 2008, o ensino médio público começou a ser reconfigurado nos estados brasileiros (CEARÁ, 2008) pela integração da educação profissional com o currículo do ensino médio regular. Com a aprovação do Decreto 5.154/2004 (BRASIL, 2004), no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, começaram a se concretizar novas ações, a exemplo do Programa Brasil Profissionalizado (PBP), normatizado pelo Decreto 6.302/2007 (BRASIL, 2007).

Após a implantação do PBP, a realidade do ensino médio brasileiro tomou novos contornos. Esse programa se caracterizou como um divisor de águas nos estados em relação à oferta do ensino médio integrado à educação profissional, com a criação das escolas profissionais de tempo integral, modelo padrão estabelecido pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2007).

No estado do Ceará, o modelo padrão MEC passou a ser delineado pelo Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica como uma iniciativa impulsionadora da nova política (CEARÁ, 2008), elaborado num esforço coletivo e institucional. O mencionado plano assegurou um novo currículo ao ensino médio com a oferta de tempo integral por meio das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) criadas pela Lei 14.273/2008, (CEARÁ, 2008b).

Dessa reconfiguração curricular de tempo integral, atualmente o estado do Ceará conta com dois percursos formativos na oferta do ensino médio de tempo integral. São as EEEPs e as Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTIs). Nas EEEPs, a oferta do ensino médio acontece pela manhã com as disciplinas do núcleo comum e à tarde são disponibilizados os cursos técnicos em áreas diversificadas. As EEEPs foram iniciadas em 2008, aceleradas nos anos seguintes e totalmente estagnadas pelo atual governo federal (CEARÁ, 2008b). O estado do Ceará finalizou o ano de 2020 com um total de 730 escolas de ensino médio, entre regulares e integrais, sendo deste total 122 EEEPs e 155 EEMTIs.

Com relação ao percurso formativo das EEMTIs, essas escolas foram iniciadas em 2016, com desenho curricular integral, para oferecer no contraturno disciplinas eletivas e aulas preparatórias para o ENEM. O currículo é dividido da seguinte forma: 30 horas semanais com as disciplinas da base comum e 15 horas com aulas preparatórias para o ENEM; desse total, 10 horas/aulas são escolhidas pelos próprios estudantes (CEARÁ, 2017).

A partir de 2022, com a obrigatoriedade da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), o estado do Ceará passou a introduzir mudanças radicais na configuração curricular, desenvolvendo, portanto, o que determina a reforma do ensino médio expressa na Lei 13.415, de 16/02/2017, que altera o currículo. Dessa feita, partimos de uma formação que estava dando certo para um rumo nebuloso com a questionável concepção de qualidade da educação (FERRETTI, 2018).

Com base em Corrochano (2014), no Brasil, a natureza da qualificação dos jovens não assegura o sucesso na carreira profissional. A competitividade existente no mercado de trabalho tem dificultado a segurança dos jovens para ascenderem profissionalmente, levando ao cenário de dúvidas, desigualdades e incertezas.

A descontinuidade das propostas formativas do ensino médio brasileiro parece evidenciar esse conflito ao interromper com frequência os ciclos formativos. Perdidos na incerteza e mergulhados em vul-

nerabilidade, muitos alunos não conseguem o acesso à universidade e precipitam-se na informalidade (CORROCHANO, 2014).

No entendimento de Corrochano (2014), na década de 1990, ocorreu a expansão de matrículas do ensino médio, mas na contramão dessa expansão ficou a qualidade do ensino comprometida pela instabilidade econômica e a introdução de mecanismos flexíveis nas relações trabalhistas de produção.

A crítica destacada é que o país nunca desenvolveu uma política de estado que assegurasse aos jovens do ensino médio a qualidade de uma formação integral, com acesso à pesquisa e ao ensino, com a garantia de bolsas para evitar a precipitação ao mercado de trabalho (CORROCHANO, 2014).

A qualificação profissional, quando se efetua como prática educacional, promove intervenção na realidade, favorece a inclusão, melhora as relações profissionais e diminui os desníveis sociais. Compreendida nessa perspectiva, a formação poderia ser um divisor de águas na sociedade pós-moderna. Frigotto (2001), ao diferenciar concepções de trabalho nos processos formativos, afirma que o trabalho assentado nos fundamentos ontológicos é diferente do trabalho servil ou mercadológico. Dessa forma, acentua a duplicidade situacional, ou seja, a relação de exploração não dialoga com alternativas e possibilidades. Desta feita, destaca a imposição da alternativa como emergente no sistema capitalista.

Manfredi (2002), em posição semelhante, também critica a relação dual entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, presente na concepção formativa. Dessa forma, destaca tensões, perspectivas entre o trabalho, a escola e a profissionalização das formações ofertadas. Pochmann (2004), ao analisar a relação entre educação e trabalho, diz que a deterioração das condições de trabalho tem interferido diretamente nas propostas de formação integral. Em sua concepção, as formações educacionais enfrentam precárias condições de realização, descrédito e baixa qualidade.



Ciavatta (2014), ao fomentar o debate sobre as políticas para o ensino médio sinaliza a necessidade de pensarmos uma formação na perspectiva integral, que assegure a travessia dos jovens desse nível de ensino para a mudança social. Para tanto, faz-se necessário alterar a qualidade da educação sob o diário da politécnica entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como base de proposição ao desenvolvimento curricular.

Não me debruçarei neste espaço a discutir a terminologia do termo politécnica ou educação tecnológica, embora reconheça sua relevância, mas o destaque recai sobre o significado das escolas politécnicas para a formação plena de conhecimento teórico e prático capaz de superar a divisão social do trabalho (CIAVATTA, 2014).

Importa destacar o sentido amplo de democratização do saber e a qualificação para o exercício pleno da cidadania. De acordo com Ciavatta (2014, p. 189), “Etimologicamente, politécnica significa ‘muitas técnicas’”, sinalizando uma proposta formativa voltada à vida humana em todos os aspectos que envolvem a educação omnilateral, isto é, humanista, científica, cultural e tecnológica, sem perder de vista o sentido emancipatório.

O avanço da pandemia estagnou a citada proposta uma vez que se fez necessário o fechamento de universidades, escolas, postos de trabalho, abrindo espaço ao home office, na interface do ensino remoto. No centro da crise sanitária, alocou-se o ensino remoto emergencial ancorado na cruel pedagogia do vírus a ser veiculada nos âmbitos digitais e tecnológico (SANTOS, 2020).

Nesse contexto, a educação manteve-se mais do que nunca subdesenvolvida, com formato excludente e fragmentado. Há que se reconhecer que, com a chegada da pandemia, o passado não ficou para trás, ao contrário, estandardizou a pobreza extrema, a fragilidade social, acirrou a polarização ideológica e o risco à democracia com o avanço de governos populistas (SAVIANI; GALVÃO, 2021).

As condições econômicas pioraram ainda mais com as medidas da pandemia, sendo uma delas a inclusão do ensino remoto emer-

gencial. Os prejuízos na educação básica são visíveis e isso afetou o ensino médio e a oferta de tempo integral. Divulgados em 2018, dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua, mostraram que, a cada quatro brasileiros, um não tem acesso à internet. Esse indicativo representa 46 milhões de pessoas. Nas áreas rurais, chega a 53,5% os domicílios que não contam com o acesso à internet, e 58% não têm acesso a computador. Outra informação ainda mais reveladora são as pessoas admitirem que não sabem usá-lo (ADJUNTO, 2020).

Na percepção de Saviani e Galvão (2021), a escola pública de qualidade distanciou-se muito da classe que mais precisa. O Conto da Aia<sup>10</sup> (ATWOOD, 2017) trazido no ensino virtual imobilizou entidades de classe, organizações populares e movimentos sociais ditos progressistas. As implicações pedagógicas atingiram conteúdos, formas de ensino e estudantes como meros destinatários, além das condições estafantes a que o trabalho docente foi submetido.

Saviani e Galvão (2021) nos dizem que sem conteúdo não há humanização das pessoas. No contexto remoto, o conteúdo chegou a pouquíssimos. Deixou-se de ministrar o básico e isso trará implicações severas por abreviar-se o mínimo do ensino clássico. Com base em Saviani e Galvão, (2021), para ser viabilizado, o conteúdo no formato remoto dependia da forma de organização e isso incluiu os recursos didáticos, algo inexistente ou inacessível para muitos. Por fim, o método para a objetivação da finalidade do ensino também sofreu alteração e exposição. Conteúdos, forma e método precisam estar bem articulados à dinâmica tecnológica para que ocorram o ensino e a aprendizagem.

Nas atuais circunstâncias, a clientela vulnerável enfrenta desafios diversos desde o déficit de moradia à falta de computador com acesso à internet. Diante desse cenário complexo, os autores destacam au-

---

10 Romance distópico que se desenvolve em um futuro próximo, onde não há acesso a meios simples de comunicação e a mulher é totalmente subserviente ao homem. De igual modo, o ensino remoto vende uma ideia que não se concretiza na realidade de boa parte dos brasileiros.

sência de muitos destinatários para receber o ensino, ou seja, muitos estudantes foram automaticamente excluídos da aprendizagem, a partir da precarização extrema (SAVIANI; GALVÃO, 2021).

Dados do Observatório Social da Covid-19, criado pelo Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (CNTE/GESTRADO/UFGM, 2020) confirmam a matrícula de 7 milhões de estudantes, sendo que 95% destes estão em escolas públicas e sua maioria não possui computador com acesso à internet.

Outra pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (CNTE/GESTRADO/UFGM, 2020) em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, destacou que “[...] (84%) dos(as) professores(as) continua a desenvolver atividades de trabalho de forma remota” (CNTE/GESTRADO/UFGM, 2020, p. 10).

Tal contradição comprova o índice de exclusão trazido por Saviani e Galvão (2021), expondo uma jornada excessiva, como também a sensação de andar em círculos. E, a partir de minha experiência como docente no IFCE, atuando também como coordenadora de área do subprojeto de Artes no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID<sup>11</sup>), percebo que boa parte da classe docente está esgotada, especialmente quem atua na educação básica.

Observei que as universidades, os campi do Instituto Federal e a rede estadual de ensino contaram com plataformas, a exemplo do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – (SIGAA), Ambiente Virtual de Aprendizagem, (AVA), *Google Meet*, *Google Classroom*, dentre outras ferramentas digitais. Em algumas secretarias municipais de educação, essa realidade inexistiu, complicando ainda mais a situação dos profissionais que se viram diante da ausência de suportes virtuais, em precárias condições profissionais e ainda enfrentando as questões de saúde na família. Na sala virtual da pós-gra-

---

11 Ação do MEC que oportuniza a discentes de licenciatura – submetidos a uma seleção – a aproximar-se do cotidiano profissional docente em escolas públicas de educação básica.

duação, ouvi de professores diversos relatos sobre uma família dispor de apenas um aparelho celular para dividir entre as aulas dos filhos.

Especificamente, em relação ao ensino médio, a pesquisa CNTE/GESTRADO/UFMG (2020) constatou que 53,6% da classe docente não recebeu qualificação para ministrar aulas remotas e metade desses professores compartilham recursos tecnológicos com outras pessoas em seu espaço domiciliar. Por fim, outro dado relevante acerca dos professores é o fato de que 9 a cada 10 deles utilizaram o telefone celular na realização de aulas a distância. Além desse equipamento, o notebook foi utilizado por 76% dos participantes. Os dados evidenciaram que 24% dos professores precisaram comprar/aumentar pacote de dados móveis para ministrar aulas no contexto do ensino remoto.

Os números destacaram que 43,5% de docentes do ensino médio realizavam aulas remotas síncronas e 9 a cada 10 docentes elaboravam as atividades para enviar aos estudantes. A pesquisa revelou também que, na percepção da maioria docente, “[...] houve um aumento das horas de trabalho gastas na preparação das aulas não presenciais em todas as etapas da Educação Básica” (CNTE/GESTRADO/UFMG, 2020, p. 15).

De acordo com os respondentes da citada pesquisa, o ensino remoto impactou diretamente no desempenho estudantil. Especificamente, em relação ao ensino médio, 45,8% dos discentes “[...] diminuíram drasticamente a participação nas atividades propostas” (CNTE/GESTRADO/UFMG 2020, p. 18). Na compreensão dos professores, 1 em cada 4 estudantes não possuía os recursos para ter acesso ao ensino remoto, o que afetou na realização das atividades.

Os problemas estruturais do ensino médio se sobressaíram no ensino remoto, fazendo submergir a qualificação dos professores, o que aumentou a angústia de muitos docentes. Diante da incapacidade de trabalhar os conteúdos, da inexistência das formas de assegurar o ensino e a aprendizagem, docentes perderam de vista a perspectiva do êxito formativo, o que deixou a classe atônita.

As formações, geralmente fragmentadas, não acompanharam os altos e baixos das reformas empreendidas nos últimos anos. Sem ultrapassar o déficit formativo, muitos professores mergulharam na turbulência remota sem conseguir discernir as prioridades para o ensino remoto no contexto pandêmico.





**NÃO AGLOMEREM! FIQUEM  
EM CASA! OS NÚMEROS SÃO  
VIDAS! TRABALHO EM CASA,  
ATIVIDADES REMOTAS E A  
VIDA DOS PROFESSORES  
NA PANDEMIA DO  
CORONAVÍRUS**





Neste capítulo, discuto o *home office* como fenômeno da luta de classe pelas implicações trazidas no trabalho do ensino remoto como uma cilada ao fazer pedagógico dos professores pela complexidade do período da pandemia. Situo a realidade do ensino médio integrado do IFCE campus Canindé, atenta à inexistência de política por parte do governo federal de combate à pandemia do coronavírus.

Destaco, no âmbito federal, a precarização educacional cada vez mais asseverada com os velhos problemas estandardizados das desigualdades sociais a partir do ensino remoto. A docência na pandemia tornou-se enfadonha e desestimulante diante dos parcos resultados pelas dificuldades justapostas. Os desafios em múltiplos aspectos exauriram profissionais das mais diversas áreas, atingindo diretamente os da educação e da saúde ao impor uma rotina intensa e cansativa.

Para Saviani e Galvão (2021), a pandemia acelerou o crescimento das desigualdades e estandardizou a exclusão social. A frieza do ensino remoto impactou diretamente a vida estudantil e o fazer pedagógico de docentes, sobretudo, das professoras, seja na educação básica ou no ensino superior.

Em relação à educação básica, o prejuízo educacional se alastrou pela falta de condições de realização do ensino remoto. Conforme o relatório técnico da CNTE, metade dos estudantes brasileiros não contam com a estrutura mínima para desenvolver atividades remotamente (CNTE/ GESTRADO/UFMG, 2020).

As determinações do confinamento social fomentaram a discussão sobre o ensino pela internet e, deste modo, deu-se início à realização do ensino remoto emergencial mesmo com todas as adversidades. Começaram assim as mudanças na prática docente, com o uso e adaptações de recursos digitais e tecnológicos, dando início às ocorrências de novas preocupações aos profissionais do magistério. Dentre as consequências, quase que de imediato, o *déficit* de aprendizagem, a exclusão estudantil e o início gradativo do adoecimento docente se fizeram presentes de forma mais asseverada. Alguns professores tiveram mais dificuldades em se adaptar às atividades remotas, já outros nem tanto.

Uma investigação com mais de 3.600 docentes cearenses, realizada por Firmino *et al.* (2021), delineou potencialidades e desafios por parte de alguns professores em determinadas disciplinas, destacando os entraves principais das práticas docentes, bem como os níveis de adaptação entre os profissionais da educação em relação ao uso das ferramentas digitais.

A falta de formação voltada às necessidades do contexto remoto, além das desigualdades sociais determinadas pelas condições de moradia, acesso à internet, interferência de barulho interno e externo, dentre outros problemas, interferiu nas atividades remotas, caracterizando-se em graus de dificuldade para a classe docente (FIRMINO *et al.*, 2021).

A pandemia sem controle também interferiu nas condições de saúde das famílias. Muitas perderam pessoas próximas, membros familiares, entes queridos, conhecidos, vizinhos, colegas de trabalho. Tais perdas abalaram a saúde psicológica de muitos trabalhadores, incluindo os do sistema de saúde e da educação.

Com base nos dados fornecidos pelas Secretarias Estaduais de Saúde ao Consórcio de Veículos de Imprensa<sup>10</sup>, em 07/07/2021, está-

---

10 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/dados-oficiais-de-covid-19-e-do-consorcio-de-imprensa-variam-menos-que-1/>.

vamos em segundo lugar em número de mortos no mundo. As informações oficiais do painel Coronavírus coletadas em 27/07/2021, contabilizavam 550.5846<sup>11</sup> mil mortes. Tínhamos, então, mais de meio milhão de vidas ceifadas, muitas precocemente. Estes números por si expressavam as dores dos brasileiros.

O descaso por parte do governo federal diante da ausência de políticas públicas no enfrentamento da pandemia contribuiu para o agravamento da perda das vidas. Não foram só “CPFs cancelados<sup>12</sup>”, como expressou o presidente Jair Messias Bolsonaro ao exibir imagem nas redes sociais. Vidas se foram, famílias ficaram incompletas, inúmeros se tornaram órfãos.

A mentalidade do governante máximo do Brasil também vem impactando no agravamento da má qualidade de vida e na qualidade do ensino de milhares de brasileiros, privando-os do acesso aos direitos básicos, a exemplo da educação pública. A escalada autoritária tem produzido milhares de famintos e desempregados e acionado a exclusão social no modus ascendência no país.

A desvalorização profissional na educação e a precarização do trabalho docente têm contribuído para os índices de abandono escolar ao longo da história educacional. No período da pandemia, em razão da ausência de internet e de aparelhos eletrônicos para a realização do ensino remoto, essa situação agravou-se ainda mais. Essa realidade desconfortante tem contribuído para o aumento das doenças psicossomáticas na sociedade, geradas pela ansiedade constante em meio à guerra ideológica impulsionadora da instabilidade política.

Este cenário de doenças psicossomáticas tem colaborado em grande medida para o adoecimento de professores e estudantes. Ilustro neste espaço o dilema de duas professoras convidadas a participar da

---

11 Pannel Oficial Coronavírus Brasil, disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>

12 CPF cancelado - gíria utilizada por milícias em comemoração a uma morte. Bolsonaro despreza mortes por Covid e tira foto com gíria ‘CPF cancelado’ (Carta Capital, 2021). Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/bolsonaro-despreza-mortes-por-covid-e-tira-foto-com-giria-cpf-cancelado/>.

pesquisa; refiro-me à primeira e à terceira convidada. Vejamos como as duas procederam diante do convite. A professora P-1, de pronto, não aceitou o convite e justificou as causas da rejeição, registradas a seguir.

Através de uma ligação telefônica, a P-1 discorreu as dificuldades. Relatou que estava enfrentando momentos delicados, sentia-se muito cansada. Fez um desabafo: “[...] não aguento mais gravar aulas para ninguém assistir”. Relatou que essa situação a deixava adoecida; admitiu estar estressada com os alunos do ensino médio, pois não estavam correspondendo com a aprendizagem.

Asseverou que estava muito mais difícil dar aulas no ensino remoto emergencial e finalizou com a frase: “ninguém se preocupa com os professores”. Em seu desabafo, falou do sentimento de angústia e desalento; diante da obrigatoriedade de cumprir a carga horária, no sentido de ministrar aulas para pouquíssimos e/ou nenhum aluno.

Os estudantes não estavam acessando o ambiente virtual. Na ocasião, P-1 concluiu que no ensino remoto “há dias ruins e dias menos ruins”. Segundo ela, a realidade do ensino médio no contexto remoto incapacitou as oportunidades de aprendizagem. Assegurou existir um conjunto de problemas, incluindo desde as más condições de moradia, o acesso à internet até a instabilidade do serviço virtual: “são problemas de natureza complexa, por isso, não dá para ter dia bom”.

No raciocínio de Santiago (2021), o contexto caótico do isolamento social afastou as pessoas umas das outras. Familiares e amigos foram impedidos da convivência social, privados de ambientes de lazer, permaneceram sem a presença física de pessoas queridas e isso impactou profundamente a qualidade de vida, trazendo mais cansaço profissional.

Visivelmente abalada pelos últimos acontecimentos, P-1 preferiu ficar com os problemas para si. Talvez a docente tivesse mais a relatar, mas preferiu silenciar e sua opção precisa ser acolhida, respeitada e destacada nesse estudo como um registro fidedigno das dificuldades reais vivenciadas nesse período pandêmico. O registro é necessário

e precisa detalhar os aspectos implícitos do que de fato ocorreu no contexto do trabalho remoto, sem a possibilidade de um diálogo face a face, comumente utilizado nas relações cotidianas.

Com relação à P-3, foi extremamente acolhedora ao receber o convite e, prontamente, aceitou a sua participação por meio de mensagem no aplicativo *WhatsApp*. No entanto, permaneceu silenciada e não emitiu as respostas ao questionário que lhe foi enviado. Recorri então aos pressupostos Bakhtinianos para entender as vozes convidadas discordantes, inclusive, as atitudes do silenciamento.

No entendimento de Bakhtin (2002), o silêncio, em detrimento das palavras, busca nos dizer muitas coisas. O ato de silenciar interliga sentimentos, preocupações, acontecimentos que não queremos falar, como algo que precisamos nos desprender e, ao mesmo tempo, não conseguimos externar com palavras. Quando nos fechamos no silêncio, a alma, as questões psíquicas nos desencorajam a relatar os fatos. Até conseguimos e/ou desejamos fazer em certo momento, mas o conflito vivido internamente, aprisiona o pensamento em meio à preocupação com a exposição e/ou a vergonha de falar e falhar (BAKHTIN, 2002).

A realidade que nos priva da interação é contraditória, por isso a introspecção humana. O distanciamento social nos deixou sozinhos, sem a atividade do “nós” como mecanismo de construção mental que permite diferentes graus e diferentes tipos de modelagem ideológica. Sozinhas e sem interagir, as professoras optaram por silenciar; resignaram-se. Quem sabe os sentimentos que as fizeram não participar, foram medo, insegurança, sensação de abandono? (BAKHTIN, 2002).

Santiago (2021) nos diz que a pandemia de covid-19 se constituiu um período fora do tempo. A pandemia abalou velhas estruturas, destruiu bases em fortalecimento, desgastou a esperança que alicerçava sonhos e realidades. No ápice da pandemia, os brasileiros viveram dias tenebrosos; o medo de sucumbir rondou o sofrimento de muitos, atrelado ao desemprego, à fome, às misérias, ao desalento.





**CADA VEZ MAIS EM CASA! A  
CASA, HISTORICAMENTE,  
LUGAR DE REFERÊNCIA  
DAS MULHERES, E O  
TRABALHO REMOTO  
DAS PROFESSORAS:  
IMPLICAÇÕES SOCIAIS E  
PEDAGÓGICAS**





Neste capítulo, apresento as implicações sociais e pedagógicas da pandemia na vida das participantes apontadas por elas, com base em suas experiências vivenciadas no distanciamento social. Para tanto, apoiei-me na experiência do ensino médio integrado do IFCE, a fim de analisar o impacto da pandemia no gênero feminino, a partir do ensino remoto, sem perder de vista as desigualdades estandardizadas no contexto social. Referendadas no espaço-tempo e sob a caracterização de imposição às mulheres pela identidade social da dona de casa, as mulheres professoras relatam o peso da responsabilidade no seio familiar. A identidade de dona de casa incorporada mundialmente é um habitus validado culturalmente na ordem biológica pela naturalização da virilidade masculina em sobreposição à condição feminina (BOURDIEU, 2002).

Bourdieu (2002) assegura que a simbologia de dona de casa direciona para o entendimento de proteção, evitando o aniquilamento das mulheres como uma necessidade primeira antissolteirice. Por isso, a mulher, mãe de família, sem descendentes masculinos, comumente recorre à opção de casar as filhas. Assim, a honra da família seria preservada no capital social. Nesse sentido, o arranjo matrimonial reforça a mística cultural e religiosa, além de reproduzir duas ordens, a econômica e a sobreposição masculina.

Com esse raciocínio, Bourdieu (2002) nos leva a entender porque ainda não foi possível articular uma convocação em massa do movimento feminista. As mulheres precisam ter condições para lutar e se reconhecer como parte da luta. O engajamento feminino não pode

ser reduzido a esclarecimentos que perpassem a conscientização das mulheres. Faz-se necessário, portanto, uma forma de práxis alicerçada em práticas afirmativas que alimentem o discurso para a mudança social (FAIRCLOUGH, 2010).

Originária do Estruturalismo e da Psicanálise, a Análise do Discurso Crítica (ADC) de Fairclough (2010) orienta para a desconstrução da mística e do problema da modelagem estrutural que domina as pessoas. Como área transdisciplinar que desnuda as ideologias encobertas no discurso de práticas arraigadas, a ADC atribui respeito à ética, à justiça e à coerência no processo de análise com foco no problema social, posto que seus objetivos estão sempre voltados à dimensão política, social e cultural.

Desse modo, a dialética relacional permanece desintegrada da linguagem com a sociedade para o reconhecimento relacional das práticas. Conforme Fairclough (2010), cada prática cotidiana está relacionada com outras práticas sociais e juntas formam o constructo social no contexto. Assim, a sociedade reproduz a realidade ao ser analisada ou redimensionada para a mudança social através de fatos reais expressos nos eventos sociais, isto é, por meio dos discursos. A caracterização social do discurso é imanente ao próprio contexto social, parte deste e volta-se à realidade social.

A ineficiência desta articulação fortalece a mística e aprofunda o problema social através da modelagem da dominação que reproduz a opressão. O mundo andocêntrico legitima as práticas determinantes da dominação. Segundo Bourdieu (2002), a submissão feminina é resultado de um trabalho incessante, advindo das armas da violência física e simbólica. Trata-se de um mecanismo extremamente bem articulado e atribuído às mulheres, fazendo-as, inclusive, sentir-se culpadas pelo que não lhes convém.

Dentre as informações analisadas neste capítulo, o questionário explorou as implicações sociais e pedagógicas da pandemia. Inicialmente, analisei as tratativas sociais dos três questionários e, na sequência, discuti as implicações pedagógicas.

Quanto aos aspectos sociais, busquei saber como a pandemia impactou a vida social das mulheres. Vamos às respostas, a seguir, organizadas com recuo e em fonte menor, a fim de evidenciá-las.

A pandemia tem impactado de inúmeras formas a vida das mulheres. Dentre muitos fatores, podemos considerar a sobrecarga de trabalho devido às demandas domésticas e profissionais que agora se misturam durante o dia e não têm hora para terminar. As mulheres, na maioria das famílias, também assumem o papel de cuidar dos familiares que adoecem e de assumir as responsabilidades domésticas de outros lares. E as mulheres que são mães aumentaram exponencialmente sua sobrecarga de trabalho, tendo que dar conta da educação e cuidados com os filhos, realização de atividades domésticas e profissionais. A pandemia só evidenciou para a sociedade a sobrecarga de trabalho das mulheres (P-2).

Na compreensão de Bourdieu (2002), as estruturas invisíveis que aprisionam as mulheres só poderão ser rompidas através do pensamento relacional que perpassa a vida doméstica, a divisão do trabalho e o poder centralizador das diferenças econômicas. Delphy (2015) afirma que as mulheres precisam desenvolver a ideia de pertencimento da classe feminina. Reconhecer que sua classe se reproduz na relação do trabalho doméstico referenciada como esposa no lar. Partindo dessa consciência, poderá caminhar em busca da mudança social.

A entrevistada P-2 evidencia várias vezes a vida doméstica e aponta a sobrecarga de atividade como um elemento cultural. A responsabilidade doméstica se manifesta de maneira indiscutível, o que evidencia o propósito da reflexão ideológica acerca da diferença do sexo, no sentido de deslocar o poder social conferido aos homens pela divisão sexual e do trabalho. Não se trata de colocar homens e mulheres em sobreposição, mas estudá-los de maneira relacional e dialética, sem contrapor as mulheres como seres únicos, e sim dentro de um conjunto sociopolítico (FALQUET, 2014).

Em relação às informações trazidas por P-4, uma das implicações na dimensão social diz respeito ao desemprego e à própria condição social em que a mulher está submetida. Nesta resposta, foi sinalizado que nem todas as mulheres têm a oportunidade de aderir ao trabalho em casa por ocasião do confinamento.

As mulheres que puderam aderir ao home office, por um lado, têm um certo privilégio por não estarem se expondo ao vírus. Por outro lado, a presença física desta mulher em seu lar nem sempre é compreendida pelos demais moradores da casa, que pensam que ela está sempre disponível para os afazeres domésticos. Esta demanda do lar associada à jornada de trabalho, à impossibilidade de sair para espairar e ao bombardeio de notícias ruins veiculadas nas diversas mídias tem gerado cansaço físico e sentimento de tristeza, receio da incerteza do amanhã. É triste, também, pensar que tantas mulheres estão em situações bastante delicadas, como situação de rua ou sofrendo violência doméstica (P-4).

O modo de produção doméstica está na centralidade da base familiar para a sustentação das estruturas patriarcais e do sistema da produção flexível neocapitalista. As mulheres, com a identidade de esposas e dona de casa, assumem o trabalho pesado no interior dos lares como um sustentáculo invisível à funcionalidade do mercado (DELPHY, 2015).

Sem remuneração e sem direitos assegurados, a mulher lava, passa, cozinha, faxina a casa, cuida dos filhos, garante o bem-estar familiar, enquanto o homem dedica todo o seu tempo ao setor de trabalho. Nesse sentido, a classe feminina constitui apropriada ao matrimônio e adequada ao sistema produtivo sob a identidade de dona de casa.

A respondente P-4 percebe que não é fácil libertar as mulheres, sobretudo, as que estão em situação vulnerável. São exatamente estas mulheres que não escapam do assédio, da violência, da fome e da exclusão de qualquer natureza. Reconhecido esse estado situacional, a estratégia é refletir sobre o que poderá ser feito e como será possí-

vel avançar coletivamente com políticas e ações voltadas à classe das mulheres. Não faz sentido não nos importarmos com a desigualdade existente dentro da própria classe.

Carneiro (2011) chama a atenção para duas matrizes poderosas na construção do potencial que mantém as mulheres distantes da arena política: a miscigenação e a democracia racial. Ambas são responsáveis pela eficácia na ocultação das desigualdades sociais e culturais. A funcionalidade dessas duas matrizes assegura a repetição do passado no presente através do aparelhamento racial. Por isso, o desafio feminista não é simplista, uma vez que raça e classe se constituem elementos estruturantes da desigualdade social.

Na percepção de Tabet (2004), as mulheres são intercambiadas pela ignorância como um dos principais pilares da sua opressão. Muitas delas não têm consciência do nível de exploração a que é conduzida. Esse desconhecimento entre as próprias mulheres é algo tão natural, aceito por todos/as/ que as mulheres também compactuam com a naturalização ingenuamente (GUILLAUMIN, 2003).

O peso sobre a mulher na responsabilidade do lar foi unanimidade entre as respondentes. Observem como se posicionou a última colaboradora (P-5) sobre as implicações sociais ocasionadas na pandemia.

De início, ficou bem mais complicado. A gente já trabalhava muito, mas tinha o hábito de fazer outras coisas para diferenciar o final de semana. Na pandemia a gente não consegue se deligar e permanece no computador. A implicação principal foi a falta da rede de colaboração. Diminuiu muito o apoio de amigos e familiares. O descaso por parte dos pais, a falta de interação por parte das crianças vivida na escola. Isso afetou muito a todos, incluindo as crianças e a vida social. A responsabilidade da mulher sobre todos da casa. Tudo isso é bem complicado (P-5).

Para algumas mulheres, a força da cobrança social sobre o trabalho se contrapõe à noção de democracia e igualdade. Sem consciência

do respectivo fardo, passa à naturalização das atividades sem reclamações, por não entender como ocorre a divisão social do trabalho e as implicações raciais, que impedem de conquistar a igualdade dos direitos que lhes são retirados cotidianamente.

No entendimento de Carneiro (2011), para amenizar a dívida social com mulheres e negros precisaria de investimentos em cotas sociais por estas se configurarem uma devolutiva social ao reconhecer e reafirmar a exclusão. A cota social como política pública utiliza-se da magnitude da própria exclusão, por isso a ofensiva da classe conservadora.

A dimensão perversa e assustadora da ala conservadora tem mantido a originalidade de velhas teses na alimentação da estrutura desigual. Esta ofensiva conservadora acontece exatamente porque o Brasil é profissional na farsa de repetir a desigualdade racial (CARNEIRO, 2011).

As mulheres não conseguiram ainda se organizar como classe por essas e outras razões que envolvem a modelagem das contradições sociais. Ainda segundo Carneiro (2011), quando se conseguem breves conquistas, logo a estratégia da direita converge em atrair a esquerda para emplacar a simples conquista na avalanche conservadora.

Nessa perspectiva, não podemos e nem devemos cometer erros ou descuidar-nos da vigilância diante das pequenas conquistas. Há mulheres donas de casa que, oficialmente, não assinaram o contrato social do casamento e, nem por isso deixam de seguir as mesmas regras impostas socialmente quanto à exploração no âmbito familiar. Entram na mesma conta do trabalho sem remuneração simplesmente por serem mulheres (GUILLAUMIN, 2003).

Em relação ao casamento como garantia e segurança, Guillaumin (2003) eleva o tom da crítica ao dizer que muitos casamentos restringem a vida das mulheres de várias formas, como o sexo físico ou a ausência deste, ou seja, a não consumação é justificativa para anulação do contrato nupcial, como também dentro de muitos casamentos as mulheres são escravizadas de várias formas.

Retornando a Bourdieu (2002), o privilégio masculino conduz o homem à autoafirmação em todas as circunstâncias pela ordem que subverte a mulher com os signos e ritos da submissão. A virilidade é dos homens, construída pelos homens, para os homens e, por essa razão, a execração às pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros – LGBTQIA+<sup>10</sup>.

A dominação feminina, no entendimento de Bourdieu (2002), se aplica também através de práticas, atividades e lugares do cotidiano. Comumente, os homens frequentam espaços não reservados às mulheres. Dependendo das sociedades, há diferentes costumes e tradições. Nos países muçulmanos, até recentemente, as mulheres não dirigiam. Ainda existem sociedades em que as mulheres não são bem-vindas a clubes esportivos e mercados, como lugares comuns aos homens, bem como, existem atividades que não são realizáveis por mulheres, como dirigir, retirar passaporte, intervenção médica, pesca em alto-mar, andar desacompanhada publicamente, dentre outras.

A última contribuição trazida pelas respondentes sobre os aspectos sociais imbricados à vida das mulheres se refere à falta da rede de colaboração. Esta é uma via de ajuda mútua entre as mulheres, sobretudo, para as mulheres que precisam trabalhar ou estudar e não contam com o apoio do marido ou do companheiro. Há mulheres que precisam fazer duas ou mais atividades ao mesmo tempo. Por exemplo, estudam e trabalham sem incomodar e/ou alterar a rotina do companheiro para não desapontar. Nesse sentido, recorrem à rede de apoio entre amigas e familiares.

Em relação às implicações pedagógicas, as respondentes incluíram a simples saída de casa para irem à sala de aula como algo que impactou a sua vida, diante da interminável rotina diária em reclusão na pandemia.

---

10 A sigla LGBTQIA+ reúne pessoas de orientações sexuais diversas, incluindo identificação, como e por quem a pessoa se sente afetivamente atraída (GONZALES, 2021). Disponível em <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/06/03/movimento-lgbtqia-entenda-o-que-significa-cada-uma-das-letras-da-sigla.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 02 jun. 2021.

As implicações pedagógicas são imensas, o processo de ensino aprendizagem não acontece de forma efetiva. É difícil saber se o aluno realmente entendeu o conteúdo sem olhar no rosto dele e perceber isso. A aula, na grande maioria das vezes, é um verdadeiro monólogo do professor, os alunos não querem, ou as vezes, não podem participar. Muitos de nossos alunos assistem aula fazendo outra coisa, desde assistindo tv até limpando a casa, cozinhando, cuidando dos irmãos mais novos, sobrinhos etc. A construção coletiva realizada em sala de aula, na forma presencial, não acontece no ensino remoto. As formas de avaliação também foram prejudicadas, tendo em vista que o processo de aprendizagem não é consolidado. E a construção deles enquanto seres sociais convivendo com os colegas, professores e comunidade escolar também é prejudicada (P-2).

O fator tarefas do lar atravessou os aspectos sociais e se infiltrou nas preocupações pedagógicas. Nas respostas trazidas pela P-2, a fragilidade da aprendizagem pode ser vislumbrada com as estudantes mulheres, algumas com filhos, e as estudantes que não são mães, mas ajudam nos afazeres domésticos, destinando pouco tempo às atividades pedagógicas.

Precisaríamos investigar e aprofundar esse aspecto sutilmente trazido acerca das estudantes mulheres em relação à sua dedicação nos estudos e aos cuidados com a casa e com filhos ou irmãos menores. De todo modo, na divisão sexual do trabalho, as atividades domésticas são delegadas às mulheres, a saber: cuidar de idosos; trocar fraldas; cozinhar; arrumar a casa; banhar doentes; cuidar de ferimentos etc. Assim, mantém-se a sutileza do casamento para acobertar a demanda laboral (GUILLAUMIN, 2003).

No ensino remoto, essas e outras questões se tornaram ainda mais complexas em meio à rotina das famílias, sobretudo, quando há violência física e psicológica. O avanço das doenças psicossomáticas também está ligado ao cansaço por distúrbios no sono, comportamentos depressivos, intenções suicidas, tensões e dores musculares,



instabilidade econômica, acúmulo de contas a serem pagas, desemprego, enfim, tudo isso, acrescido das preocupações do trabalho pedagógico. O fator preponderante é elucidado pela P-4 no que diz respeito à rapidez dos acontecimentos: “Em relação a parte pedagógica tivemos que nos adaptar muito rápido a um sistema diferente (P4)”.

Com base em Firmino *et al.* (2021), essa rapidez exigiu dos professores investimentos em novos equipamentos, aquisição de computadores, câmeras, microfones e reforço no potencial da internet. O trabalho remoto exigiu ainda espaço silencioso, com adequações para a jornada *on-line*.

Em minha atuação docente, ministrando aulas no campus Canindé nos cursos de licenciaturas, sempre recorri às ferramentas digitais e, mesmo assim, tive algumas dificuldades ao fazer uso de plataformas de videoconferência, como *Google Meet*, *Zoom*, *Teams*, criar as salas de aulas virtuais (*Google Classroom*) e compartilhar as apresentações. Comparando minha realidade com as de outras colegas, observei por parte de algumas, muitas dificuldades em aceitar e/ou realizar lives, reuniões e outras atividade mais complexas no formato remoto. Particularmente, não precisei fazer adaptação do meu espaço físico, diferentemente de outros colegas; dediquei tempo à apropriação de orientações e normas para o enfrentamento de incansáveis compromissos virtuais.

Como afirmam Firmino *et al.* (2021), nunca antes se aprendeu tanto pela observação através da capacidade de escuta, em gravações de vídeos remotos em plataformas tecnológicas e midiáticas. Fomos desafiados a incluir diversas ferramentas da tecnologia na educação e no ensino de forma abrupta. O contexto da pandemia nos fez pensar a educação em outro formato e vê-la por outra via de organização. A partir desses desafios, frustraram-se menos os professores que aprenderam mais rapidamente e permitiram valorizar as diferentes intencionalidades, ao observar a reação de estudantes no intuito de criar estratégias virtuais de caráter interativo. Essas circunstâncias

demandaram novas metodologias, rapidez na adaptação profissional e, conseqüentemente, menos tempo para descanso (FIRMINO *et al.*, 2021).

O último aspecto de impacto pedagógico também atenta para a rapidez com que os professores tiveram que atuar devido à suspensão das aulas presenciais. Vejamos o que trouxe a P-5.

A rapidez de ter que se mudar toda a metodologia. Eu já utilizava as redes sociais e via as ferramentas como uma linguagem necessária aos alunos. No ensino remoto vi colegas enfrentarem dificuldades. Decidi resumir os conteúdos, entendi que seria muito cansativo para os alunos. Entendi que se forçasse o aprofundamento não valeria a pena. Muitos utilizam o celular, por não ter computador. Tentei dar aulas e acompanhar o chat concomitantemente. São muitos os problemas, professores que caem... alunos com instabilidade... outros sem o acesso (P- 5).

Como disse Saviani (2020), a frieza do ensino remoto não aconteceu à toa ou como fator do acaso. O ensino remoto é extremamente excludente “[...] retoma a grande crítica que foi feita desde o período da corrente tecnicista por várias pedagogias críticas que enfatizam o problema do nexu causal do conteudismo e as implicações no processo de ensino/aprendizagem” (OLIVEIRA FILHO; CAVALCANTE, 2021, p. 69).

Conforme Oliveira Filho e Cavalcante (2021), o ensino remoto se tornou cada vez mais seletivo, excludente e darwinista; a moradia foi transformada em local de produção (fábrica), o quarto e os demais espaços, antes privativos da família, foram usurpados à unidade produtiva. A casa, que era o local de reprodução da classe trabalhadora, inseriu também a exploração feminina com as atividades laborais, os cuidados domésticos, dos familiares e de si mesma.

Estamos conhecendo a outra face da flexibilização do trabalho ao tensionar mais ainda a precarização dos trabalhadores. Nas ativi-

dades remotas houve redução e/ou eliminação dos horários de descanso diários e aos finais de semana, aproximando-se do regime da servidão. As horas extras não devem ser analisadas na perspectiva exaustiva se comparadas aos trabalhadores uberizados. Conforme Antunes (2018), estamos diante de um novo proletariado a serviço da servidão digital.

Na compreensão de Antunes (2018), deu-se o fim do capitalismo; este foi destronado porque, na sociedade da era digital, intensificou-se o labor e isso gerou uma nova classe de trabalhadores, intitulada por ele de proletariado de serviços. Conseqüentemente, uma formação com potencial de modelar o perfil profissional cada vez mais heterogêneo, fragmentado e instável, em que se vislumbram salários irrisórios, carga horária exaustiva, ausência de direitos trabalhistas, precarização e informalidade.





**O IMPACTO DA PANDEMIA  
NA VIDA DAS MULHERES  
E AS PERSPECTIVAS PÓS-  
PANDEMIA: PRESENTE  
DESAFIADOR E FUTURO  
POSTO À PROVA**



Em março de 2020, as aulas presenciais transcorriam com os velhos problemas estruturais de sempre. Alguns de caráter urgentes, outros com resoluções a perder de vista. Com base nas respostas das professoras, elas receberam a comunicação da instituição de ensino de que as aulas seriam suspensas naquele momento devido ao aparecimento de um vírus até então pouco conhecido. Segundo as respondentes, não existia clareza dos acontecimentos que viriam a suceder.

Elas chegaram a imaginar que, dentro de poucos dias, as aulas seriam retomadas normalmente. Por isso, a reflexão deste capítulo priorizou alguns dos aspectos principais que influenciaram diretamente na qualidade de vida das professoras, a fim de elucidar o impacto da pandemia na vida das mulheres, a partir das experiências compartilhadas pelas participantes no ápice do isolamento social.

Quando aconteceu a prorrogação da suspensão das aulas, vieram as orientações para o isolamento social, sem a clareza do desenrolar da pandemia. A pandemia colocou as mulheres cada vez mais em casa e as consequências já podem ser destacadas com base em pesquisas. Um levantamento do Jornal Datafolha realizado entre os dias 10 e 14 de maio de 2021, encomendado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), apontou o crescimento da violência contra as mulheres dentro de casa. Os casos de violência envolvem pai, mãe, irmã e outras pessoas do convívio familiar. Segundo a reportagem, 73,5% da população acredita que a violência aumentou consideravelmente e 51,5% relataram ter presenciado alguma situação de violência. O

perfil feminino mais atingido é composto por domésticas negras, separadas e desempregadas (PAULO, 2021)<sup>10</sup>. A matéria reafirma o que tem sido demonstrado ao longo da história: as mulheres negras não se constituem apenas como vítimas, são realmente sobreviventes do machismo excludente.

É necessário, portanto, trazer a discussão sobre violência para dentro dos muros das escolas e das universidades, a fim de incluir as pessoas na reflexão sobre o conceito de violência e relacioná-la à vida cotidiana. Isso sensibilizaria a sociedade em relação à humilhação sofrida constantemente pelas mulheres com base em ofensa, desvalorização da capacidade feminina, piadas inadequadas, dentre outros tipos de situações. Precisamos discutir para entender o que significa o assédio moral e como ele se concretiza. É preciso acolher a pessoa que sofre a violência sem colocá-la em risco, inclusive quanto a sua moralidade através de gestos, ações e palavras, que causam dor e sofrimento psíquico (BRASIL/MS, 2014).

É oportuno citar que dentro das universidades estão também as contradições. Encontramos padrões hegemônicos, racistas, machistas e classistas. Trata-se de uma instituição hierárquica que recebe tradicionalmente as pessoas mais abastardas economicamente. Esse nexos contraditório dialoga com a formação elitista, imbricando-se com os interesses da classe trabalhadora como impedimento na estruturação/manutenção do poder através da etnia/raça e classe social (NAH/UECE, 2017).

Precisamos entender os diferentes tipos de ameaça que alcançam as mulheres nos postos de trabalhos, nas ruas e na sociedade. São situações que apresentam níveis de classificação e deixam marcas profundas. Com base na definição das orientações do Núcleo de Apoio às Mulheres Vítimas de Violência da Universidade Estadual do Ceará, o tipo vertical ascendente dá-se no nível de estudantes com docentes e

---

10 Reportagem de Paulo (2021) no G1, intitulada “Uma em cada quatro mulheres foi vítima de algum tipo de violência na pandemia no Brasil, aponta pesquisa” Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/07/1-em-cada-4-mulheres-foi-vitima-de-algum-tipo-de-violencia-na-pandemia-no-brasil-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em 10 jun. 2021.



horizontalmente acontece entre a funcionalidade das categorias técnicas, envolvendo inclusive, as chefias de trabalho (NAH/UECE, 2017).

O assédio sexual sofrido pelas mulheres se relaciona a todo e qualquer comportamento não desejado, como insinuações, olhares, gestos que causem desconforto, abordagens inoportunas e desnecessárias, atitudes invasivas e repetitivas. Este tipo de violência é ainda mais silenciador visto que impede a ocorrência da denúncia (NAH/UECE, 2017).

Anteriormente, o assédio era tão invisível que sequer era considerado. Graças à luta das mulheres e a capacidade de organização surgiram então as primeiras conquistas, como a realização de diversas campanhas do movimento feminista, atos políticos, manifestações de ruas e nas redes sociais, impulsionados especialmente no ano de 2013, como #me too, #nenhum direito a menos, #meu primeiro assédio, dentre outras ações puxadas inclusive por artistas nacionais e internacionais, veiculadas em diversos jornais, a exemplo do El País (GÓMEZ, 2017).

Em relação ao aspecto das conquistas, Perrot (2007) se refere à visibilidade que as mulheres têm alcançado nos últimos anos às custas de um esforço para além da capacidade humana. Nesse movimento de resistência em ascensão, as mulheres seguem tentando desconstruir a supremacia masculina, entendendo que, assim como isso foi algo criado através dos tempos, também poderá ser modificado num dado tempo. Por isso, a necessidade de organização dos movimentos para uma sociedade justa e equitativa.

Muitas das mulheres que ainda não estão engajadas na luta não conseguiram ultrapassar a linha de impedimento em razão das próprias condições excludentes. Faz-se necessário fortalecer a rede de acolhimento, de proteção e de qualificação para que estas mulheres ocupem mais espaço no debate e se reconheçam como parte da luta na unidade feminina. É necessário fortalecer a base de sustentação do alcance coletivo, reconhecendo que esta ainda é muito frágil e, com as consequências da pandemia do coronavírus, agravou-se o cenário feminista.

Procurei enfatizar as consequências do isolamento social, as mudanças na atuação profissional, a interrupção dos vínculos familiares e os rumos que a vida das mulheres tomará com a “nova normalidade” vislumbrada no futuro, a partir do trabalho remoto desenvolvido momentaneamente. Acompanhem os sentimentos e sensações externadas por P-2:

No começo foi desesperador, não sabíamos quanto tempo tudo isso ia demorar. Depois tivemos que decidir pelo ensino remoto sem preparação, sem treinamento, sem suporte tecnológico, sem experiência alguma, tanto para os professores, como para os alunos. Nada é mais valioso que nossa saúde física e mental, incluindo os nossos familiares. É difícil conseguir trabalhar sem saúde ou sem paz por ter algum familiar internado com Covid-19. Somos seres sociais, o conhecimento só consegue ser efetivo quando é construído coletivamente (P-2).

Retomo Oliveira Filho e Cavalcante (2021) para auxiliarem no entendimento do ensino remoto rechaçado como uma possibilidade de ensino à distância. Segundo os autores, essa é uma explicação necessária, do ponto de vista legal, metodológico e da escolha estudantil. No ensino remoto, o aluno não se conduziu por escolha própria e sim pela decisão institucional. Alertam os autores que desenvolvemos algo sem sabermos que tipo de ensino é esse. Em alguns casos, professores e alunos “[...] nunca tivemos em nenhum momento, contato algum presencial [...] onde muitas vezes nem sequer seríamos capazes de reconhecê-los na escola ou na universidade, porque simplesmente nunca os vimos” (OLIVEIRA FILHO; CAVALCANTE, 2021, p. 64).

Além da insegurança com a exposição das tecnologias virtuais, caminhamos sobre terreno desconhecido no âmbito da relação professor e aluno. Saviani e Galvão (2021), sobre as implicações pedagógicas, asseguram que o ensino remoto não tem como garantir a qualidade para a emancipação. Dentro dessa mesma lógica, vejamos a preocupação da seguinte docente: “A pandemia tirou o professor que dominava a sala de aula na presencialidade e de repente o colocou no

ensino remoto. Isto para quem não conseguiu se adaptar se frustrou, por isso o adoecimento (P-4)”.

Os dados demonstram a exposição e a fragilidade a que os professores foram submetidos. Usando um raciocínio metafórico, os dados trazidos assemelham-se à retirada do chão que os professores antes pisavam. A segurança docente e o controle das aulas presenciais foram dilacerados na publicidade da rede mundial de computadores. O controle pedagógico passou a inexistir, trazendo mais responsabilidades ao trabalho docente. Para alguns docentes ocorreu uma “catástrofe repentina com repercussão na saúde física e psicológica na vida social e econômica do país” (MIRANDA, 2021, p. 80).

Esse contexto do trabalho remoto alterou também a dinâmica do lar que saiu de sua regularidade com a invasão do trabalho em casa. A rotina foi ainda mais impactada em relação aos docentes com filhos em idade escolar, sendo necessário adaptar os espaços da casa para tentar acomodar os que trabalham no home office e os filhos que precisavam estudar on-line. De repente, tudo mudou dentro da casa, inclusive a sobrecarga de serviços antes parcialmente realizados (MIRANDA, 2021b).

Docentes e estudantes dedicaram mais tempo a entender as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, buscando formação e tentando encontrar estratégias de transposição didática para amenizar os prejuízos na aprendizagem. Trata-se realmente de uma realidade perturbadora e totalmente desconhecida (MIRANDA, 2021b).

Foram muitas as mudanças empreendidas na vida das pessoas, sobretudo, de forma inesperada, e que recaíram sobre as mulheres, conforme o desabafo da P-5:

Como mulher não estou mais conseguindo tirar um tempo para fazer atividade física como eu fazia antes. Começo a rotina e uma atividade desencadeando outra, não está fácil. A carga de trabalho doméstico chega a

ser entre 80 a 90% da responsabilidade feminina... por questões de saúde, entre avanços e recuos da pandemia, fiquei meses sem o apoio de uma pessoa em casa... sempre alguém adocece... precisa se isolar, isto também é transformado em sobrecarga para as mulheres (P-5).

A invisibilidade da exploração feminina é algo aceito naturalmente, por isso, não se discute. De acordo com Guillaumin (2003), com a mesma naturalização com que os seres humanos habitam a terra, assim também foi aportado sobre as mulheres a naturalidade como um paradigma de pessoas predestinadas à submissão. Algo que não causa estranhamento, que não cabe questionamentos.

O mercado de trabalho não se constringe ao pagar dois terços de salários a mais aos homens, em detrimento da exploração feminina. Comumente, as oportunidades de emprego destinadas às mulheres chegam quando não há mão de obra masculina disponível. Quando se tem homens disponíveis, as mulheres são aproveitadas como donas de casa, passando a ser exploradas sob o argumento do sustento básico e do bem-estar dos filhos, enfim, são confinadas ao lar, a serviço dos filhos e do marido (GUILLAUMIN, 2003).

Com fundamento na teoria de Guillaumin (2003), existe um arsenal jurídico que assegura a perpetuação da responsabilidade feminina. A apropriação coletiva se dá pelo casamento e, de maneira consuetudinária, os afazeres domésticos são garantidos como um direito masculino ao deter uma mulher aparelhada à lógica da propriedade privada.

Com essa lógica cultural, o homem toma a posse pelo direito, determina as condições de confinamento, o uso ou não da violência física ou psíquica, a coação sexual com ou sem o consentimento. Assim, o matrimônio oscila entre flores e silêncio, amparado no direito contratual contrastado na desigualdade naturalizada como se nada pudesse ser feito. Na apropriação concreta e material do casamento, têm-se as flores, o culto, a religião e, se nada disso for suficiente, a lei

garante a apropriação do corpo, e o culto religioso, a alma (GUILLAUMIN, 2003).

No atual contexto, precisamos conhecer o tecido social em que a história das mulheres tem se desenrolado, sobretudo, com a escalada machista dos governos autoritários para além da crise da pandemia. É preciso imergir com profundidade no percurso histórico para tornar possível uma nova construção inerente à divisão sexual.

Akotirene (2020), acerca da interseccionalidade, diz que esta tem como propósito instrumentalizar a compreensão de inseparabilidade estrutural que tem mantido as desigualdades por meio do racismo, do capitalismo e do cis-heteropatriarcado. De acordo com a pesquisadora, as mulheres negras lideraram, nos séculos passados, diante do que parecia impossível, e nos surpreendendo ao invocarem, há mais de cento e cinquenta anos, o conceito de interseccionalidade e de solidariedade política, algo raro nas primeiras décadas do século XXI.

Com este exemplo, precisamos articular a perspectiva de gênero de forma interseccional para compreender o fenômeno de violência contra a mulher. É importante compreender a dinâmica de violência imbricada no gênero como algo amplo, construído socialmente (AKOTIRENE, 2020).

Retornando às ideias de Guillaumin (2003), conforme a autora, as mulheres não dispõem de si mesmas, por isso, elas não podem ter um sexo. Assim, não poderá ser outra coisa senão sexo. Diferentemente das mulheres, os homens dispõem do seu próprio sexo conforme prossegue a análise. Esta constatação tem sido retroalimentada pela falta de políticas que considerem as diferenças sociais e raciais e que atendam as mulheres em sua integralidade e não umas em detrimento de outras (COLLINS, 2019).

Conforme Collins (2019), as políticas públicas devem partir do conceito de interseccionalidade, a fim de serem aplicadas com base em marcadores que considerem as diferenças sociais. Caso isso não ocorra, permaneceremos em desigualdade nos nexos da raça e da classe, excluindo grande parte das mulheres.

Na compreensão da citada autora, nem todas as mulheres são protegidas por lei, embora tenham a mesma cor e a mesma raça. Dependendo do nível de vulnerabilidade, a situação se agrava consideravelmente de uma para a outra. Assim também será com o gênero; este não deve ser o único parâmetro para interpretar a situação das mulheres na sociedade (COLLINS, 2019).

As respostas de que as mulheres precisam estão para além do gênero, da raça e da classe. Quando não há o reconhecimento das diferenças, permanecemos com ações generalistas, inquestionáveis, como a existência de muitas pessoas negras no meio da população pobre, em detrimento de raríssimas pessoas negras entre a população rica. Com essa compreensão, Carneiro (2011), assegura que a identidade racial é um fenômeno plantado exatamente para não sabermos quem somos.

Segundo Carneiro (2011), o termo pardo é a zona cinzenta que esconde muitos; todos aqueles que não se consideram brancos ou negros deslocam a sua cor à condição renegada. O Brasil é recordista em branquear as pessoas, desconstituindo a cor negra, com o intuito de fazer com que essa negação seja usada contra as próprias pessoas que negaram a si mesmas. Assim, as pessoas excluídas pela cor, em vez de vítimas, passarão a ser réis, por não perceberem que estão contra a própria cor pela reiteração do estigma que as atinge na reprodução da pobreza social.

Crenshaw (1989), ao tentar ilustrar a situação engenhosa do aprisionamento das mulheres, sobretudo, das mais vulneráveis, recorreu à metáfora do cruzamento de vias para explicitar os marcadores da interseccionalidade. Assim também, segundo a pesquisadora, é a funcionalidade do patriarcado em relação ao sexo, à raça e à classe. Um exemplo lúcido da funcionalidade dessa engrenagem é a criação de leis para as pessoas negras. De acordo com Carneiro (2011), as leis não seriam necessárias se os negros tivessem as mesmas oportunidades e os mesmos espaços reservados aos brancos.

Bairros (1995), ao discutir a simetria entre mulheres brancas e negras, afirma que não se trata de interpretar uma situação sobre a outra, mas conhecer as experiências vivenciadas por cada uma, compreender suas especificidades, a fim de localizar a dimensão pessoal a ser desenvolvida. Esta seria a principal base para se alicerçar a conexão entre politização e transformação com fins alcançar a práxis pelo desenvolvimento da consciência.

Compreender as raízes que causam a opressão significa dominar o terreno-realidade em que as experiências são asfixiadas (BAIRROS, 1995). Observemos a perspectiva da respondente P-2, que, do seu lugar de fala, não vislumbra melhorias com a superação da pandemia, sobretudo para outras mulheres vulneráveis, considerando como algo distante e impossível.

Não acredito que as perspectivas sociais não mudem para nós mulheres, professoras num cenário pós-pandemia. Infelizmente ainda teremos uma sobrecarga de trabalho, mas agora com horários definidos. Com relação a perspectiva pedagógica acho que tentaremos cada vez menos trazer trabalho para casa, porque percebemos o quanto nos faz mal, o quanto é cansativo e o quanto nos sobrecarrega (P-2).

Hooks (2015) convida à reflexão sobre os problemas e as preocupações em relação às mulheres brancas. Segundo a autora, fatores que causam problemas e preocupações às mulheres brancas são reais, no entanto, essas donas de casa são pessoas privilegiadas. Tal fato não se trata de uma demanda política urgente como a situação em que se enquadram muitas mulheres pobres e negras.

As mulheres negras se preocupam com o pão de cada dia, algo urgente à própria sobrevivência. Em grande medida, são mulheres economicamente miseráveis, o que as expõe aos níveis mais excludentes, entre todo tipo de violência e discriminação racial e social. Cotidianamente, têm suas necessidades escamoteadas em detrimento de propostas que poderiam amenizar o sofrimento provocado pe-

las desigualdades. Ações compensatórias seriam a forma mais ágil de aliviar a dívida social de exploração e opressão acumulada por séculos (CARNEIRO, 2011).

A estrutura social sempre foi marcada pela supremacia das pessoas de pele branca. Esse indicativo revela a comparação desumanizadora que impacta a vida das mulheres negras. Os estudos de Tabet (2004) acerca do darwinismo buscam explicar a marcação racial, a partir da cultura de casta vivida na sociedade indiana. O negro está para a casta da escravidão assim como a mulher para a casta masculina. A mulher é naturalmente coisificada e específica do homem. Assim devem ser as mulheres na natureza e com uma natureza de mulher, isto é, capaz de aceitar tudo (FERREIRA *et al.*, 2014).

Conforme Tabet (2004), na mitologia, um homem morto é transfigurado em vencedor, herói, para ser eternizado socialmente. A mulher, ao falecer mitologicamente, transforma-se em lenda, se vai e desaparece. Culturalmente, as meninas são criadas desde pequenas para brincar de bonecas, de casinha, aprendendo a fazer comidas, a cuidar de crianças, com a simbologia da pureza de crianças. Este inocente estágio laboral não deixa de ser a primeira ilusão do laço matrimonial pela mão do patriarcado.

Os marcadores entre menino e menina são bem definidos desde a composição dos enxovais, incluindo preparativos e cores para reforçar a engenhosidade patriarcal. Os meninos são encorajados a não chorar e a não ser frágeis, pois são eles os responsáveis pela perpetuação da espécie, enquanto as meninas se destinam à procriação.

Crenshaw (2002) chama a atenção para a necessidade de se discutir a desigualdade que atinge mulheres em todo o mundo. Em um documento destinado ao encontro de especialistas sobre a discriminação racial de gênero, Crenshaw (2002), propõe um modelo identificador das mais variadas formas de opressão. Alerta para a necessidade de refletir as nuances da discriminação do gênero como algo que deve ser trabalhado com todas as instituições e, sobretudo, com as instituições dos direitos humanos. O indicativo discriminatório do



gênero, destacado por Crenshaw (2002), também é perceptível na in-  
formação da P-4. A resposta reacende a preocupação com as mulhe-  
res que sobrevivem às margens da sociedade.

A perspectiva de uma vida um pouco mais organizada, com separação entre afazeres domésticos e demandas laborais e a possibilidade de momentos de socialização e lazer presenciais, com família e sem família. O siste-  
ma é excludente e que, apesar de alguns conseguirem se adaptar à uma nova realidade, muitas outras continuam à margem e sem perspectiva de mudança. (P-4).

A garantia de que todas as mulheres sejam beneficiadas com a proteção dos direitos humanos ainda está no plano das propostas. Penso que há muito o que ser feito para superar ou amenizar a invisibilidade das estruturas que aprisionam as mulheres. Faz-se necessá-  
rio materializar políticas afirmativas e de visibilidade social voltadas às mulheres, especialmente às negras e desfavorecidas economica-  
mente, com redes de proteção que assegurem o bem-estar em todas as dimensões da vida (CARNEIRO, 2011).

Nesse sentido, para o empoderamento feminino, faz-se necessário superar o racismo, o sexismo e as desigualdades cristalizadas histo-  
ricamente. Segundo Cardoso (2011), em 1984, o deputado federal Ab-  
dias Nascimento, num esforço relevante, denunciava sem sucesso as  
desigualdades sociais brasileiras como grito de uma luta que nunca  
interessou à elite conservadora.

A maneira perversa de o racismo brasileiro tornar invisí-  
vel e inaudível uma população de cerca de 80 milhões de  
brasileiros é um fenômeno notável no mundo contem-  
porâneo. Os interesses do povo afro-brasileiro são esca-  
moteados em um passe de magia branca pelos meios de  
comunicação de massa, e a impressão superficial que se  
tem da sociedade brasileira é a de que, em matéria de  
convívio interétnico, o Brasil vive no melhor dos mundos  
(CARDOSO, 2011, p. 11).

O grito de resistência acima, escamoteado à época, está mais atual do que nunca. Vejamos a iminente preocupação da respondente P-4 ao relatar parcas oportunidades contra o aniquilamento de espaços que atenderiam as minorias. A contradição social tem elevado o nível de formação e a competitividade entre a classe trabalhadora. O contexto cada vez mais marcado pelo nível estrutural do desemprego impõe marcos sociais mais desafiadores às pessoas negras. Estas precisam de mais tempo de estudos que uma branca, somente por causa da raça.

Por esse crítico viés retomo a abordagem de Fairclough (2010), para evidenciar a relevância das informações e os argumentos das análises teóricas de acordo com o método analítico do discurso crítico. A mudança social virá em socorro aos excluídos, às minorias, às mulheres negras e sobreviventes quando essas pessoas subalternizadas tiverem a condição de repugnar os serviços inferiores historicamente destinados a elas.

A transformação social se faz pela participação consciente em que o imperceptível torna-se sem efeito às práticas ideológicas. As mulheres precisam assumir-se como protagonistas na articulação política, a fim de reparar as diferenças da própria classe, posicionando-se contrárias aos níveis de exclusão, à branquidade como modelo estético, ao modismo da cordialidade e prontas para denunciar as desigualdades, não se contentando com a naturalização da vida na pobreza (FAIRCLOUGH, 2010).

Conforme Carneiro (2011), as pessoas negras, no imaginário social e popular, são sempre as pobres, e as pessoas brancas são sempre as ricas. A crítica baseia-se no paradigma interpretativo da realidade socialmente estabelecida como verdade inabalável. Isso precisa ser desconstruído pela denúncia da injustiça social. Desse modo, a ADC busca oferecer uma metodologia capaz de fortalecer os argumentos de reversão das desigualdades acumuladas (FAIRCLOUGH, 2010).

As reflexões sobre o impacto socioeducacional trazidas nesta análise constituem-se um paradigma no enfrentamento aos problemas

da modernidade recente. As diferenças históricas somente serão amenizadas ou superadas com ações focadas nas desigualdades, sob a perspectiva de políticas diversas que visem à inclusão e à valorização do potencial humano (FAIRCLOUGH, 2010). Dentre as conquistas contemporâneas, a última resposta de P-5 destaca a inclusão tecnológica como algo que se intensificou na pandemia e que, possivelmente, permanecerá.

Manter a inclusão da tecnologia na vida formativa dos alunos, no caso da pandemia, foi uma alternativa encontrada. Hoje vejo que a tecnologia vai ficar. Desenvolvemos parceria antes não imaginada: a integração entre as instituições com a participação de profissionais pensados anteriormente na presencialidade (P-5).

No ponto de vista acima, observei a proeminência das tecnologias no aceno para além da realidade pandêmica. Na concepção da respondente, precisamos aprender a fazer uso positivo do que as tecnologias digitais podem proporcionar, a exemplo do encurtamento de distâncias, por meio de Web-conferências entre instituições de lugares distintos.

A divisão sexual, o racismo e a opressão contidos na linguagem diária estão naturalizados na ordem dos acontecimentos como algo inevitável e imutável. Os tipos de atividades, as roupas, as posturas e os costumes buscam associar as práticas às virtudes morais do que convém à mulher por meio do esquema de pensamento da máquina social simbólica.

Observei com frequência nas redes sociais mobilizações empresariais contrárias à recomendação de isolamento social como pressão deliberada à classe trabalhadora, pela dinâmica da submissão feminina, conforme foi trazido nesta análise. O futuro das mulheres após a pandemia está posto à prova. Sua construção como produto social precisa ser desconstruída para ser reconstruída de modo a ser repensado o antagonismo entre as identidades feminina e masculina. As

mulheres não devem se tornar o que elas são, mas o que elas poderão vir a ser ao se posicionarem contrárias à lógica da dominação.

Hooks (2015) assevera que o movimento das mulheres surgiu a partir do encorajamento de algumas lutadoras que tiveram a compreensão para erguer a voz em oposição à opressão. Precisamos cuidar da causa e das consequências que mergulham as mulheres na passividade em que algumas vivem e sofrem. O raciocínio de luta alerta sobre o desenvolvimento de uma consciência capaz de compreender a condição subalterna das mulheres, vítimas, incapacitadas, presas ao próprio sofrimento que as impede de fazer a denúncia.

A perspectiva da análise do discurso crítico não se trata de um discurso sem atitudes, mas de uma estratégia teórico-metodológica competente para incluir as mulheres vulneráveis. Para tanto, urgem planos e ações convergentes à abdicação de velhas práticas, a fim de que as mulheres façam valer sua vez e sua voz! A crítica desta análise não busca evidenciar somente a realidade, mas demarcar estratégias de como modificar as diferenças para a mudança social (FAIRCLOUGH, 2010).

No contexto pandêmico, as mulheres têm permanecido severamente exploradas no contexto das famílias. A negação da consciência pode ser transformada pelo encorajamento como percebemos na história do movimento negro. Quando a mulher pode e se determina a conhecer o que a exclui, domina as trilhas possíveis de construir a própria liberdade, a partir das frestas relacionais do dia a dia.

O discurso cristalizado de fortalecimento da relação família e escola, representada na figura feminina, traz consigo um lugar de reconhecimento por parte dos filhos como estudantes no seio familiar e determina um lugar de fala da mãe na representatividade institucional.

As instituições educacionais têm tentado em vão desenvolver ações que favoreçam a participação familiar, mas, na realidade da educação básica, tal intenção escolar não alcançou os homens, que seguem cada vez mais distantes desse compromisso por diferentes

razões, seja pelo excesso de trabalho atribuído à classe trabalhadora, pela ruptura das relações, muito comum no cenário familiar da atualidade, pelos distintos modelos de família – separada, recasada, monoparental, socioafetiva, homoafetiva – ou até mesmo pela naturalização do poder masculino sobre a condição de submissão feminina, enraizado na cultura ocidental (HOLANDA, 2015).

Em relação a esse último aspecto, Holanda (2015) revela que, no Ocidente, o papel feminino vincula-se ao patriarcado até o século XX, espaço-tempo em que movimentos feministas lutam em favor de direitos políticos e liberdade de atuação profissional. Por outro lado, ainda hoje é possível perceber que as práticas difundidas culturalmente são naturalizadas socialmente. Dessa forma, a responsabilização escolar atribuída aos pais; resumiu-se, em grande medida, à pessoa da mãe.

Assim, as mulheres, mães e trabalhadoras, estão a protagonizar diariamente o papel atribuído aos pais, a exemplo do acompanhamento do desempenho escolar, como uma imposição cultural de origem secular. No entanto, essa representatividade social tende a possibilitar ascensão social no espaço familiar, constituindo-se como um mecanismo estratégico de retroalimentação dialética do gênero feminino.

Entre lutas e conquistas, recuos e desafios, as mulheres tentam superar os desafios e ascender na sociedade pós-moderna, galgando espaço para atuação pública, a exemplo das mulheres professoras do ensino médio integrado do campus Canindé, a partir da realidade do ensino remoto emergencial.



# 8

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**





A pandemia do coronavírus avançou rapidamente e logo alcançou quatro continentes, impactando mundialmente a saúde, a educação, a economia e o modo de vida das pessoas, agregando o home office e, no caso da educação, o ensino remoto emergencial. A princípio, os poucos conhecimentos sobre o vírus emperraram medidas de contenção epidemiológica. O status social de alguns governantes e a resistência em não querer admitir a severidade do vírus retardaram o uso de protocolos, dificultando o controle da pandemia, o que favoreceu sua elevação da condição epidemiológica à crise humanitária.

O Brasil, em comparação com outros países, a exemplo de alguns do continente europeu, desconsiderou o avanço do vírus que demorou um pouco mais para chegar. Contudo, a consequência dessa realidade ignorada pelo governo federal impactou fortemente na vida dos brasileiros. A inércia governamental, no âmbito federal, contribuiu para o agravamento da mortalidade, ocasionando total descontrole no atendimento da saúde pública e privada, bem como entraves preventivos do vírus.

As pesquisas que serviram de base para ancorar os dados coletados em relação à pandemia evidenciaram que a repulsa do governo federal repercutiu em todos os estados brasileiros, evidenciando as consequências do descontrole: superlotação nas unidades de terapia intensiva; escassez de insumos para o procedimento de intubação; inexistência de medicamentos; e de quantidade suficiente de profissionais qualificados na área da saúde.

Além desses percalços houve a demora da chegada da vacina e campanhas de ineficácia da vacinação, o que fez sucumbir muitas vidas. Na realidade brasileira, além do colapso do sistema de saúde, o país ganhou destaque no desemprego, atingindo a estatística de quatorze milhões de pessoas desempregadas, assim como o subemprego, com a cifra de quatro milhões de trabalhadores uberizados.

Tais consequências impactaram na condição de vida das pessoas, em maior medida na vida das mulheres, na saúde psicológica da classe docente, diretamente afetada pelas condições de trabalho, por ocasião do ensino remoto emergencial. Nessa perspectiva, as redes de apoio entre as mulheres foram interrompidas ou reduzidas, além de aumentarem desafios, como desemprego, violência doméstica, abandono social, sem alento e sustento para a própria família, arruinando diretamente a luta feminista.

A análise dos estudos teóricos evidenciou que as mulheres continuam separadas umas das outras pelas diferenças entre sexo, raça e classe. Diversos aspectos interferem em suas vidas e caracterizam as experiências por marcadores sociais diferentes que impedem a equalização entre a diversidade feminina. Diversos fatores de cunho ideológico-cultural favorecem para o desconhecimento que apregoa a dominação masculina. Assim, uma vez que boa parte das mulheres desconhecem seus direitos, elas facilmente renunciam ao que é seu, ao que já é assegurado.

Com base nas informações coletadas por ocasião da pesquisa e na análise feita, constatei que a luta das mulheres na sociedade de classe no período da pandemia aprofundou problemas estruturais, chamando a atenção para as diferenças que constituem a experiência de vida de cada mulher dentro da própria classe feminina. Esse fato demarca a sobreposição do homem no patriarcado, assim como a condição das mulheres, a partir do que lhes é possível. Embora pertençam a uma classe, o que as define são o sexo e a raça.

A investigação evidenciou que a unidade doméstica é um dos lugares em que a opressão masculina se manifesta de maneira indiscutível, impedindo o desenvolvimento da consciência das oprimidas. Contudo, atenta aos marcos da história humana, entre a subjetividade feminina e a opressão com o silenciamento, existe o potencial de liberdade pelo empreender do movimento. A ênfase da pesquisa alcançou as experiências de mulheres professoras que disponibilizaram suas vivências e que também admitiram a desigualdade entre as próprias mulheres, a partir dos marcadores sociais.

Verificamos que foi atingido o objetivo de compreender implicações sociais e pedagógicas do isolamento social na vida de mulheres professoras do ensino médio integrado do IFCE campus Canindé no contexto da pandemia de Covid-19. Ficou evidenciado que as professoras tiveram sua vida impactada pela pandemia, e que estas foram capazes de perceber as desigualdades e refletir sobre as que caracterizaram esse período, umas até mais que outras.

A partir da própria realidade, as respondentes reconheceram que, diferentemente de outras mulheres, que sequer têm onde morar ou um leito seguro para descansar, elas dispõem de uma vida tranquila, de garantia alimentícia, de moradia segura com espaço adequado ao ensino remoto, além de segurança familiar como algo que não se traduz em preocupação.

As respostas demonstraram certo grau de empatia e preocupação das respondentes com outras mulheres. Algumas relataram ter a condição financeira para fazer adaptações em sua casa para estudar e trabalhar.

A análise suscitou ainda as diferenças sociais, como a situação de algumas alunas, mães, donas de casa ou cuidadoras de entes familiares, fato esse necessário a novos estudos, não só por ser necessário o aprofundamento, mas pela oportunidade de uma escuta sensível a quem quase nunca é ouvida.

Dentre os principais resultados da pesquisa destacam-se:

- elucidação de respostas que podem ser utilizadas na orientação de cursos de extensão, eventos, oficinas, seminários, rodas de conversa, disciplinas optativas, dentre outras oportunidades formativas às mulheres e ao público em geral;
- registro das relações cotidianas de mulheres professoras na conjuntura da pandemia do coronavírus em tempos de isolamento social, a partir da realidade fidedigna do ensino remoto no ensino médio integrado;
- reflexões que poderão fomentar o debate sobre o ensino remoto, a partir das experiências cotidianas de mulheres professoras no contexto da pandemia do coronavírus;
- sinalização da necessidade de aprofundamento de outros assuntos ligados à questão das mulheres, tais como: saúde da mulher; políticas afirmativas centradas em marcadores sociais e culturais das diferenças; a realidade do assédio nas repartições públicas e privadas; democracia e igualdade; políticas universais e locais voltadas à inclusão das mulheres; trabalho; escolarização; e inclusão social, sobretudo, com a escuta sensível das mulheres imersas nos grupos mais vulneráveis da sociedade.

É possível destacar um longo caminho a ser percorrido para a inclusão das mulheres, especificamente, as negras e menos favorecidas economicamente. Alcançar o status que detém a classe masculina ainda é uma utopia nesta sociedade machista e preconceituosa. O que parecia complexo, antes da pandemia, tornou-se um sonho ainda mais distante para algumas mulheres na conjuntura vigente com as restrições do confinamento.

Os argumentos teóricos trazidos a partir do movimento negro norte-americano e afro-brasileiro, oponentes à tese de naturalização que oprime as mulheres, reconhecem o jugo patriarcal, bem como as consequências dessa engenhosidade na retroalimentação das opressões. Nessa perspectiva, as reflexões teórico-metodológicas desenvolvidas nos aspectos cotidianos são úteis ao fortale-

cimento da luta feminista. A contribuição buscou desmistificar o pensamento androcêntrico pelos vestígios do status social concedido aos homens. Sem o acesso a tudo que lhes convém, as mulheres têm a ciência e a cultura relegadas ao segundo plano, mantendo-se aprisionadas à naturalização.

As mulheres são capturadas por crenças e mitos, distanciando-as da consciência que liberta. Com esse entendimento, os resultados identificaram marcadores teórico-metodológicos, sociais e culturais do enquadramento natural que desconsidera as desigualdades. Desse modo, concluiu-se que a organização da classe feminina precisa independe das mulheres excluídas; no entanto, deve-se começar por elas e com elas, pois são as que mais precisam de liberdade para alcançar a organização da classe. Essas mulheres não conhecem o terreno que as faz submergir, visto que quase tudo lhes é negado. As mulheres com potencial político de mobilização e articulação precisam desmistificar a opressão; desnaturalizar as conexões sociais e culturais do aprisionamento; assumir propostas afirmativas, com ações compensatórias focadas nas diferenças desiguais para a visibilidade inclusiva e ascensão social.

As reflexões trazidas não esgotam a continuidade do assunto, diante da necessidade de compreender as mulheres acerca do que elas pensam e de como este pensamento poderá auxiliar na elaboração de ações/políticas compensatórias pelo reconhecimento da dívida social para com as mulheres, expressa ao longo dos séculos sob a exploração e dominação do arcaico sistema patriarcal.



## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ADJUNTO, Graça. Agência Brasil. **Um em cada 4 brasileiros não tem acesso à internet, mostra pesquisa**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio –PNAD/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatros-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>. Acesso em: 10 jul. 2021.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ASSIS, Dayane Nayara Conceição de. **Interseccionalidades**. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Gênero e Sexualidade na Educação. Salvador: [s.n], 2019.

ATWOOD, Margaret. **O conto da Aia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista estudos feministas**, [s. l.], n. 02, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Assédio moral e sexual no trabalho**: prevenção e enfrentamento na Fiocruz. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2014.

BRASIL. **Decreto nº 2.208/97**. Regulamentação do §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1997.

BRASIL. **Decreto Nº 5.154/2004**. Regulamentação do § 2º do art. 36 e os artigos. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 2004.

BRASIL. **Decreto Nº 6.302/07**. Instituiu o Programa Brasil Profissionalizado. Brasília: Ministério da Educação/MEC, 2007.

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996 de 20 de dezembro de 1996**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Centro de Documentação e Informação. Brasília: Edições Câmara, 1996.

BURGOS, Marcelo Baumann. **Criminalização da política e criminalidade violenta**. Le Monde Diplomatique Brasil, 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/criminalizacao-da-politica-e-criminalidade-violenta/>. Acesso em: 07 maio 2021.

CARDOSO, Edson Lopes. Prefácio. In: CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO. José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CEARÁ. **Lei 14.273/2008**. Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), que criou as Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP no estado do Ceará. Fortaleza, 2008b.



CEARÁ. **Lei nº 16.287/2017**, instituiu a Política de Ensino Médio em Tempo Integral no âmbito da rede estadual de ensino do Ceará. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/escolas-de-ensino-medio-em-tempo-integral-eemti/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

CEARÁ. **Plano integrado de educação profissional e tecnológica do estado do Ceará**. Fortaleza, 2008b.

ClAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação Omnilateral. Por que lutamos? Rev. **Educação e trabalho**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, 2014.

COLEMARX. **Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social** – porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas. Rio de Janeiro: PPGE, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CNTE. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação -. **Trabalho docente em tempos de pandemia**. Relatório Técnico. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (CNTE/GESTRADO/UFMG). Minas Gerais, Belo Horizonte: UFMG, 2020.

CORROCHANO, Maria Carla. Jovens no Ensino Médio: qual o lugar do trabalho? In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. (org.). **Juventude e ensino médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: EdUFMG, 2014.

CRENSHAW, Kimberl. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**. 1º Semestre. Los Angeles: University of California, 2002.

CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the intersection of race and sex**: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. Chicago: University of Chicago legal Forum, article 8, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 01 jul. 2021.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. **Revista brasileira de ciência política**, Brasília, n. 17, p. 99 - 119, 2015.
- DU BOIS, William Edward Burghardt. **As almas da gente negra**. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999.
- DU BOIS, William Edward Burghardt. **The Souls of black folk**. Boston, New York: Bedford Books, 1997.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Critical discourse analysis: the critical study of language**. 2. ed. Harlow: 2010.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- FALQUET, Jules. Por uma anatomia das classes de sexo: Nicole-Claude Mathieu ou a consciência das oprimidas. **Lutas sociais**, São Paulo, v.18, n. 32, p. 09 - 23, jan./jun. 2014.
- FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; ABREU, Maira (org.). **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu**. Recife: SOS Corpo, 2014.
- FERRETTI, Celso João. Mudanças em sistemas estaduais de ensino em face das reformas no Ensino Médio e no Ensino Técnico. **Educação & Sociedade**, [s. l], ano 21, n. 70, abr., 2000.
- FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, [s. l], v. 32, n. 93, 2018.
- FIRMINO, Nairley Cardoso Sá; FIRMINO, Diego Farias; LEITE, Luciana Rodrigues; MARTINS, Elcimar Simão. Os saberes docentes no ensino remoto emergencial: experiências no estado do Ceará. **Revista eletrônica científica ensino interdisciplinar**, Mossoró, v. 7, n. 21, jun., 2021. Disponível em: <http://natal.uern.br/periodicos/index.php/RECEI/article/view/3210>. Acesso em: 01 jul. 2021.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p.71 - 87, jan./jun. 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GARCIA, Wanderley Florêncio. **O sujeito ubíquo**: Indústria Cultural Digital e Semiformação em Tempos Neoliberais. Doutorado (Tese) – Universidade Metodista de Piracicaba, Educação, Piracicaba: UMP, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007.

GÓMES, Laura Nuño. **‘Eu também’ reforça revolução das mulheres que responsabiliza o assediador, e não mais a vítima**. Madri / Washington: [s. n.], 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/23/internacional/1514057371\\_076739.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/23/internacional/1514057371_076739.html). Acesso em: 05 jun. 2021.

GONZALES, Mariana. **Movimento LGBTQIA+**: entenda o que significa cada uma das letras da sigla. São Paulo: [s. n.], 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/06/03/movimento-lgbtqia-entenda-o-que-significa-cada-uma-das-letras-da-sigla.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em: 10 jun. 2021

GUILLAUMIN, Colette. **Racism, sexism, power and ideology**. Taylor & Francis e-Library, E. U. A/Nova York: [s. n.], 2003.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 11. ed. São Paulo / Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho. A mulher e a família à luz do referencial Santiano na perspectiva comparada Brasil-Portugal. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia et al. (org.). **Histórias de mulheres**: amor, violência e educação. Fortaleza: UFC, 2015.

HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho. Enlaces e Laços Familiares em Perspectiva Genealógica. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho e outros (org.). **História da educação**: república, escola e religião. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho; CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. Do Amor ao Casamento: análise de um manual de preparação das moças para assumir os deveres de esposa, mãe, dona-de-casa, em circulação no nordeste do Brasil em meados do século XX. Anais. **VII Congresso Brasileiro de História da Educação**: Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil. 2013.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, pp. 193-210, jan./abr. 2015.

IFCE. **Projeto pedagógico do curso técnico integrado ao ensino médio em eletrônica** – PPC do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- IFCE, Campus Canindé: IFCE, 2020.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Casa da Palavra, 2001.

KUENZER, Acácia Zeneida. Formação de professores para a educação profissional e tecnológica: perspectivas históricas e desafios contemporâneos (Mesa-redonda). p. 19-40. In: INEP. **Formação de professores para educação profissional e tecnológica**, Brasília: 26, 27 e 28 de setembro de 2006. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. São Paulo: EPU, 2012.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

MARTINS, Isadora. Trabalho e Formação. **Home Office deve ser tendência entre empresas após a pandemia**. [S. l.]: Jornal Correio Brasileiro, 2020. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/trabalho-e-formacao/2020/07/05/interna-trabalhoeformacao-2019,869603/home-office-deve-ser-tendencia-entre-empresas-apos-a-pandemia.shtml>. Acesso em: 08 jun. 2021.

MATHIEU, Nicole-Claude. “Notes pour une définition sociologique des catégories de sexe”. [S. l.]: **Epistémologie sociologique**, 1971.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva. Dores silenciadas e sufocadas. In: SENA, Ivânia Paula Freitas Souza de; MORAIS, Tiala Cristine Albuquerque de (org.). **Durante a pandemia**: um saldo parcial de nós mesmos. Porto Alegre: Fi, 2021.

MIRANDA, Camem Sueze Silva. O que a pandemia fez e fará de nós educadoras? Observações experienciais. In: SENA, Ivânia Paula Freitas Souza de; MORAIS, Tiala Cristine Albuquerque de. (org.). **Durante a pandemia**: um saldo parcial de nós mesmos. Porto Alegre: Fi, 2021b.

NAH. Núcleo de Acolhimento Humanizado às Mulheres Vítimas de Violência. **Núcleo de acolhimento às mulheres vítimas de violência será inaugurado na UECE**. Fortaleza: UECE, 2017. Disponível em: <http://www.uece.br/noticias/nucleo-de-acolhimento-as-mulheres-vitimas-de-violencia-sera-inaugurado-na-uece/>. Acesso em: 09 jun. 2021.

OLIVEIRA, Élide. **Enem 2020: Inep anuncia abstenção acima de 50% e diz que vai averiguar casos de alunos barrados**. Canal/G. [S. l.: s. n.], 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/enem/2020/noticia/2021/01/17/enem-2020-em-meio-a-pandemia-foi-algo-vitorioso-diz-ministro-da-educacao-abstencao-foi-acima-de-50percent.ghtml> Acesso em: 11 jun. 2021

OLIVEIRA FILHO, João César Abreu de; CAVALCANTE, Andrea Almeida. Ensinar em tempos de pandemia: quando educar se torna um desafio no cotidiano do lar. In: SENA, Ivânia Paula Freitas Souza de; MORAIS, Tiala Cristine Albuquerque de (org.). **Durante a pandemia**: um saldo parcial de nós mesmos. Porto Alegre: Fi, 2021.

OPAS/OMS BRASIL. **Folha Informativa – COVID 19**. Organização Mundial de Saúde (OMS). [S. l.]: Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), 2020.

PAULO, Paula Paiva. **Uma em cada quatro mulheres foi vítima de algum tipo de violência na pandemia no Brasil**. G1. São Paulo: [s. n.], 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/07/1-em-cada-4-mulheres-foi-vitima-de-algum-tipo-de-violencia-na-pandemia-no-brasil-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2021.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PINHO, Osmundo. **Tradução**. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira: University of Texas-Austin: 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

POCHMANN, Marcio. Educação e Trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004.

RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. **Por um feminino Afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. [S. l.]: Editora Zahar, 2020.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTIAGO, Ana Paula. Um ano fora do tempo. In: SENA, Ivânia Paula Freitas Souza de; MORAIS, Tiala Cristine Albuquerque de (org.). **Durante a pandemia**: um saldo parcial de nós mesmos. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

SANTOS, Boaventura Sousa de. **A cruel pedagogia o vírus**. Coimbra: 2020.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. **Educação na pandemia**: a falácia do “ensino” remoto. Universidade e Sociedade. ANDES-SN, 2021.

SAVIANI, Dermeval. Crise Estrutural, Conjuntura Nacional, Coronavírus e Educação: O Desmonte da Educação Nacional. **Revista Exitus**. Santarém, PA, v. 10, p. 5, 2020.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. 12. ed. Campinas: Autêntica, 2011.

SOF. Sempreviva Organização Feminista. Gênero e Número. **Sem parar, o trabalho e a vida das mulheres na pandemia**. Relatório. São Paulo/ Rio de Janeiro: [s. n.], 2020. Disponível em: <http://mulheres-napandemia.sof.org.br/relatorio>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Discurso ocorrido em ato do dia 1º de maio na Central Única dos Trabalhadores e Trabalhadoras**. São Paulo: [s. n.], 2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=1AR9D-j\\_f6k](https://www.youtube.com/watch?v=1AR9D-j_f6k). Acesso em: 10 jun. 2021.

TABET, Paola. La grande arnaque. Sexualité des femmes et échange économique-sexuel. L'Harmattan. Bibliothèque du féminisme. Paris: [s. n.], 2004.

TELLES, Lygia Fagundes. Seminário dos Ratos, publicado pela primeira vez em 1977, **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, suplemento, p. 129-151, 2009.

TST. **Aula espetáculo** (Ariano Suassuna). Tribunal Superior do Trabalho. TST, Brasília. DF: [s. n.], 2012. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=-f69eE\\_J7Jc](https://www.youtube.com/watch?v=-f69eE_J7Jc). Acesso: em 07 jun. 2021

YIN, Roberto K. **Estudo de caso**: Planejamento e Métodos. Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZANELLI, José Carlos. Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. **Estudos de psicologia**, Natal, v. 7 (spe), 2002.





## A AUTORA



### **Maria Cleide da Silva Ribeiro Leite**

Pós-doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (2021). Doutora (2019) e Mestre (2015) em Educação pela Universidade Estadual do Ceará. Área de Concentração: Formação de Professores. Especialista em Gestão Escolar (2005); Licenciada em Pedagogia (1998), Universidade Estadual do Ceará e em Letras/Espanhol(2010), Universidade Metodista de São Paulo. Atualmente, é Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), campus Baturité, atuando no Ensino Superior na Graduação e na Pós-Graduação. Ex- Coordenadora de Área do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) no Campus Canindé, Orientadora do Programa Residência Pedagógica (PRP), no campus Baturité. Tem Experiência Profissional na Educação Básica nos cargos de professora, supervisora pedagógica, e na função de gestora pública como dirigente de educação nos municípios de Itapiúna e Aracoiaba. Desenvolve estudos nas áreas de Gestão, Formação de Professores, Políticas Educacionais, Educação Profissional, Ensino Médio e Mulheres na Sociedade. Participa dos Grupos de Pesquisas: Grupo de Estudos em Políticas Públicas e Exclusão Social GEPPE; Observatório de Juventude, Educação Profissional e Trabalho (JEPTRA) da UECE, do Laboratório de Estudos, Pesquisas e Extensão no Ensino Médio/LEPEEM do IFCE.

